

# GRANDEZAS E DESVENTURAS DA AMAZÔNIA: CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS E REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES NO DEBATE POLÍTICO RECENTE<sup>1</sup>

*Igor Gastal GRILL\**  
*Eliana Távares dos REIS\*\**

**RESUMO:** No cenário público brasileiro recente, conjugou-se à complexificação de questões e à proliferação de porta-vozes interpelados a defender a Amazônia, nos planos transnacional e nacional, o delineamento de uma configuração de controvérsias sobre razões, responsáveis e formas de combate das queimadas na “região”. Tomando para exame, notadamente, matérias publicadas em meios de imprensa digital (entre outros materiais), apreendemos posições e posicionamentos de agentes (individuais e coletivos), que se alocaram em polos opostos e não fixos (eventualmente, até ambivalentes) nos debates/embates deflagrados desde as eleições presidenciais de 2018. Principalmente, consideramos a atuação de lideranças inscritas em frentes parlamentares e grupos de interesses, atentando aos discursos, trunfos e modalidades de inscrição, relacional e concorrencialmente acionadas, com vistas a intervir e definir as bases de construção de uma causa ou problemática legítima. Buscamos, assim, apontar princípios intervenientes nos alinhamentos que marcaram a contenda em um contexto considerado crítico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociologia Política. Controvérsias. Representação de interesses. Disputas por sentidos. Amazônia.

---

\* UFMA – Universidade Federal do Maranhão. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) e Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC). São Luís – MA – Brasil. 65.080-805 - igorgrill@terra.com.br. <https://orcid.org/0000-0003-4285-9684>.

\*\* UFMA – Universidade Federal do Maranhão. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) e Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC). São Luís – MA – Brasil. 65.080-805 - eliana1reis@terra.com.br. <https://orcid.org/0000-0001-9357-2339>.

<sup>1</sup> Agradecemos ao CNPq e à FAPEMA pelo financiamento do projeto de pesquisa que está na base da reflexão realizada neste artigo.

## Introdução

A Amazônia se constituiu, historicamente, como alvo-síntese de intervenções e interesses, processados por agentes (individuais e coletivos) atuantes em interseccionados domínios sociais<sup>2</sup> (sobretudo estatais, militantes e acadêmicos), situados em níveis locais, regionais, nacionais e internacionais. Nas últimas décadas, a complexificação da configuração de luta por definições da “região” e das suas potencialidades ou tutelas é caudatária da pluralização das instituições e dos jogadores envolvidos (Estados-nação, governos, parlamentares, empresários, agricultores, lideranças indígenas, pesquisadores, organizações não-governamentais, organismos transnacionais, especialistas, veículos midiáticos, entre outros).

A ampliação e a intensificação das **cadeias de interdependências**<sup>3</sup> (engendradas nas inscrições, constructos e condutas dos protagonistas) redundaram na emergência de uma profusão de questões (ecologia, ambientalismos, sustentabilidade, gestão de fronteiras, territorialidades, identidades, etc.), de intérpretes/mediadores (dispostos a formulá-las, defendê-las ou detrá-las), e de especializações necessárias à operacionalização dos pontos de vista concorrentes. Esses aspectos têm sido tangenciados por uma ampla e matizada agenda de estudos sociológicos, com a problematização de eixos centrais, como os que dizem respeito à “soberania” ou “segurança nacional”, aos empreendimentos econômicos e à proteção das populações originárias do território.

Menos frequentes e robustas, no entanto, são as discussões que abarcam a interferência das redes entretecidas entre essa miríade de atores e problemáticas com os/as profissionais da política. Eles participam dessas batalhas não apenas como operadores de políticas de Estado ou como legisladores, mas cooperam na amplificação e definição das “causas” em pauta<sup>4</sup>. Por isso, a proposta neste artigo é examinar as dimensões pontuadas incorporando os representantes políticos<sup>5</sup>, entre outros protagonistas, articulados em **grupos de interesses**, e cujas tomadas de posição, arranjos

<sup>2</sup> Para uma reflexão sobre a pertinência da operacionalização das ideias de **domínios sociais**, amarrada às condições de acesso à **multinotabilidades** por agentes que ocupam posições relativamente bem alocadas, ver Grill e Reis (2020); Reis e Grill (2017a).

<sup>3</sup> É evidente a inspiração no sistema conceitual de Norbert Elias ao delineamento do universo de análise. Ver particularmente o conceito de configuração, em Elias (2000).

<sup>4</sup> Como observamos em trabalho anterior, os parlamentares contribuem consistentemente na produção/reprodução de representações sobre as “regiões” consoantes com a edição de suas próprias imagens, inclusive, fundamentando seu potencial como porta-vozes autorizados a descrever, prescrever e representar (no duplo sentido) causas, indivíduos, grupos e fronteiras (REIS; GRILL, 2017b).

<sup>5</sup> Eles desfrutaram de um duplo sentido de representação: tanto no que diz respeito à ocupação de posição legítima de representantes políticos, como no que concerne à autorização para produzir/impôr representações sobre o mundo social (BOURDIEU, 1996b e 2015; GRILL; REIS, 2016). Isso está ligado ao exercício do duplo papel baseado na disponibilidade tanto de ativar mecanismos, estruturas ou dispositivos institucionais nas suas deliberações, como de construir ou mobilizar identidades coletivas e símbolos de reconhecimento (PIZZORNO, 1986; REIS, 2020).

conectivos e tensões podem ser apreendidos a partir da análise de controvérsias divulgadas em meios midiáticos.

Adotamos a ideia de **grupos de interesse** por indicar uma modalidade de organização política, com ingerência na produção de problemáticas legítimas, que não se confunde com o Estado, os partidos políticos, os movimentos sociais e os meios acadêmicos, porém estão, das mais diversas formas, a eles associados. Portanto, permite abordar composições de caráter multidimensional (encorajando à ruptura com formas reificadas de pensar o mundo social) e ainda atentar ao trabalho dos **empreendedores em/da representação**<sup>6</sup> e seus repertórios de intervenção, não mais adstritos às formas clássicas de ação coletiva (OFFERLÉ, 1998)<sup>7</sup>.

Tal concepção se coaduna com a disposição analítica de examinar as condições e os condicionantes que interferem na configuração das relações de poder e dominação, sem aderir à convicção recorrente de que as esferas de ação são autônomas ou de ordens apartadas, mas apostando na relevância dos inter cruzamentos entre lógicas e princípios de legitimação à afirmação de porta-vozes e causas, a partir de lugares híbridos. Especialmente, perguntando-se sobre como essa multidimensionalidade e amálgamas podem fazer parte das disputas pela definição de certas categorias de lutas, e servirem de base de legitimação aos seus intérpretes<sup>8</sup>.

Partimos, pois, de uma arena de hibridação por excelência, os meios midiáticos (especificamente da internet), na qual personagens, pertencentes a diversos e simultâneos **domínios de atuação**, publicizam suas perspectivas sobre assuntos, aos quais, ao mesmo tempo, são interpelados a opinar e contribuem a produzir a opinião<sup>9</sup>.

Com base em levantamento sobre o debate político recente em torno de questões que dizem respeito à Amazônia, podemos afirmar que as polêmicas que colocam em confronto certas narrativas (como tem sido utilizado no jargão jornalístico) são nucleadas, **grosso modo**, em dois grandes polos. De um lado, a

---

<sup>6</sup> Essa noção dá conta do trabalho político (ativo e contínuo) realizado por especialistas que se engajam em fazer existir publicamente determinados grupos, assumindo a condição de seus porta-vozes, mobilizando, por um lado, as próprias inscrições pessoais (pertencimentos e vinculações), e, por outro, bases identitárias e organizacionais constituídas no histórico de afirmação de categorias, causas e problemas sociais. Ver Offerlé (1998), Gaxie (1993), Collovald (1988), e Grill (2020), inspirados em Bourdieu (2004).

<sup>7</sup> Para acompanhar as transformações da noção de *repertório de ação* ao longo do tempo, consultar os trabalhos de Tilly (1978; 1995; 2008); para citar apenas uma amostra das diferentes fases da sua carreira). Ver o próprio Offerlé (1998) para compreender a maior extensão que deu ao conceito e Coradini (2010) para uma utilização no estudo de frentes parlamentares no Brasil.

<sup>8</sup> Esta modalidade construção de objeto, que parte de uma categoria de luta, pode ser encontrada em diversos estudos influenciados pelas formulações bourdieusianas acerca do trabalho de representação (em várias acepções) e seus efeitos políticos. Ver Bourdieu (1996a; 2004) e a síntese em *Sociologie Générale* (2015). Algumas investigações desenvolvidas no Brasil servem de baliza ao encaminhamento proposto aqui, como Palmeira (1971), Leite Lopes *et. al.* (2004), Almeida (2008), e Grynszpan (2012).

<sup>9</sup> Ver Bourdieu e Christin (1990) e Champagne (1998).

articulação entre um conjunto de deputados e senadores pertencentes a Frentes Parlamentares ligadas à defesa do chamado agronegócio<sup>10</sup>, da mineração, das hidrelétricas e outras fontes de energia como o carvão mineral (com protagonismo da Frente Parlamentar pela Agricultura); os ministros do atual governo federal (em especial da agricultura e do meio-ambiente); os militares; o vice-presidente da República, que preside o Conselho da Amazônia Legal; as lideranças de segmentos do setor empresarial (com destaque para Confederação Nacional da Agricultura); determinados perfis de Organizações Não-governamentais (ONGs) e seus porta-vozes; e outras lideranças. De outro lado, políticos atuantes em Frentes Parlamentares que defendem causas ambientais (com relevo da Frente Parlamentar Ambientalista), as chamadas comunidades quilombolas, os povos indígenas, etc., um amplo e plural rol de ONGS, sindicatos, fundações partidárias, religiosos, pesquisadores, estudantes, muitos deles abrigados no Fórum Nacional Amplo em Defesa da Amazônia. Definitivamente, esses polos não são estritos, fixos, homogêneos e harmônicos, pelo contrário, são bastante amplos, fluidos, precários, heterogêneos e plenos de choques e conflitos. No entanto, nas circunstâncias investigadas, eles refletem a alocação dos agentes em luta.

O desenho desse quadro configurou forte tensionamento discursivo e simbólico entre coalizões de forças (políticas, intelectuais, midiáticas). Os posicionamentos (argumentos e contra-argumentos) em prol de questões ambíguas e disputadas em seus sentidos (como soberania nacional e desenvolvimento sustentável), ou discordantes e antagônicas (a exemplo da forma, por quem, como e com que finalidade deve ser a utilização de recursos naturais), proliferam-se em uma conjuntura que pode ser considerada crítica. Isto é, na qual a **fluides do espaço político** delinea um cenário de acentuação das justaposições, devido à fragilização das arenas de fronteiras mal guardadas, das táticas e trunfos com rendimentos incertos, da evasão dos parâmetros dos cálculos, etc. (DOBRY, 1986), provocando condições particularmente favoráveis às negociações colusivas, ao alargamento das cadeias de interdependências táticas entre agentes situados em distintos domínios de atuação (político, direito, mídia, movimentos, universidade, etc.) e submetidos a ameaças de redefinição (até de desclassificação) do valor dos seus atributos e posições<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Mario Grynzspan (2012, p.124-125) demonstrou como a categoria agronegócio, importada dos EUA como *agribusiness*, é tanto utilizada quanto são desconhecidas as condições de sua apropriação e naturalização, que favoreceram a sua afirmação de tal modo que “hoje circula de forma franca, ampla, recorrente, na mídia, nos discursos e projetos oficiais, nos meios políticos, nas declarações de lideranças empresariais, nos documentos e manifestações de movimentos sociais, nos textos e debates acadêmicos, mesmo que por vezes carregado de sentidos distintos”.

<sup>11</sup> Não são utilizadas as noções de **desetorialização** e de **desobjetivação** de setores cunhadas por Dobry (1986), pois essas características parecem ser mais estruturais e rotineiras no caso brasileiro. Para uma fundamentação dessa posição, ver Reis (2015).

Sob os efeitos das recomposições dos lugares políticos ou do papel de representação (*lato sensu*) – com a ascensão ao poder de agentes com perfis sociais e ideológicos contrastantes àqueles que prevaleciam até então, e que polarizavam os embates políticos (representados, em especial, pelas lideranças do Partido da Socialdemocracia Brasileira (PSDB) e do Partido dos Trabalhadores (PT) –, conjugados a fatores econômicos (baixo crescimento, desemprego, etc.), sanitários (restrições e alertas impostos pela pandemia da Covid-19), e também às declarações e medidas acionadas a partir do governo instituído em janeiro de 2019, a Amazônia foi para o centro das alterações públicas. Desse modo, enfrentamentos que ocorriam, até então, praticamente circunscritos à órbita do parlamento e às tomadas de posição de porta-vozes de forças sociais com acesso direto ou indireto a comissões, grupos de trabalho e audiências públicas<sup>12</sup>, sobretudo acerca da regulação e propostas de alteração do chamado Novo Código Florestal (lei 12.651 de 25 de maio de 2012), ocuparam espaço maior nos domínios midiáticos. Além disso, adquiriram espaço mais destacado no debate público e publicizado, ensejando realinhamentos discursivos e deslocamentos de sentidos.

Tendo em vista as condições conjunturais de deflagração dos elementos a serem examinados, a opinião mobilizada (BOURDIEU e CHRISTIN, 1990) pelos contendores não se expressa/constrói tanto por meios relativamente tradicionais de demonstração/mensuração de força, como as manifestações de rua<sup>13</sup>, a ostentação do número de filiados ou simpatizantes de movimentos ou sondagens<sup>14</sup>, menos ainda por sua ressonância na ratificação de resultados eleitorais<sup>15</sup>. Está em jogo a capacidade de acionar (e fazer ecoar) um repositório de aliados, princípios, saberes, experiências, enfim, todo um repertório de problemáticas e justificações, que atualizam a necessidade de “salvaguardar” a “soberania”, as “riquezas”, as “potencialidades”, as “tradições” e/ou “reparar” as “carências”, as “misérias”, a “pobreza”, a “estagnação”, e assim por diante.

A causa tem grandeza e desventura – com significados variados, pois as medidas são econômicas, geopolíticas, ambientais, culturais, morais, e se mesclam em seus usos polissêmicos e ambivalentes –, que os intérpretes ou representantes autorizados conseguem atribuir e converter em ações (ou inações). A falta de juízes, árbitros ou critérios de validação inelutáveis – vinculados, por exemplo, a um “campo científico” ou “campo político”, “campo econômico”, “campo militante”, “campo jornalístico”, “campo jurídico”, etc., com seus meios específicos de produção e veículos próprios de divulgação –, esteia a alternativa de tomar canais midiáticos

<sup>12</sup> Ver Almeida e Sprandel (2014).

<sup>13</sup> Consultar a coletânea organizada por Favre (1990).

<sup>14</sup> Ver Champagne (1998).

<sup>15</sup> Para as influências recíprocas que podem ocorrer entre movimentos sociais e eleições, recorrer a McAdam e Tarrow (2011).

como propícios à de explicitação das pluralidades e clivagens, logo, possibilitando a apreensão das estratégias de apropriação, reformulação e reverberação dos objetos em jogo.

Em nosso levantamento, dois lugares digitais se destacaram por publicarem conteúdos representativos dos posicionamentos declarados pelos dois polos – que classificamos, para simplificação da localização, como “governistas” e “oposicionistas” –, sobre as intervenções na Amazônia: o *Canal Rural* e o *Brasil de Fato*, respectivamente. O primeiro existe desde 1996, e chegou a ser contemplado com o Prêmio de Comunicação em Marketing, na categoria Veículo de Comunicação da ABMR&A (Associação Brasileira de Marketing Rural & Agronegócio). Desde 2011, quando lançou a plataforma on-line que aglutinaria a totalidade do seu conteúdo, e 2012, quando o portal [canalrural.com.br](http://canalrural.com.br) celebrou sua liderança de audiência entre os sites brasileiros de internet dedicados ao agronegócio, houve um significativo e progressivo investimento nas estratégias de disseminação dos seus conteúdos (sites mobile, SmartTV, eventos e impulsionamentos pelo público do agronegócio, tal como o site <https://www.canalrural.com.br/>). Já o segundo, é um site de notícias e uma rádioagência, criados em 2003, durante o Fórum Social Mundial de Porto Alegre-RS, por movimentos populares interessados na “democratização dos meios de comunicação” como recurso de “luta por uma sociedade justa e fraterna”. Por isso, a ênfase seria na cobertura “das lutas sociais, entrevistas e notícias sobre política, economia, direitos humanos e cultura, sob uma visão popular das cidades, do Brasil e do mundo”. Em 2014, agregou a Rádioagência Notícias do Planalto (NP) e os “temas tratados são de política, economia, direitos humanos, cotidiano e cultura, além de produções de serviços” no site <https://www.brasildefato.com.br/> (BRASIL DE FATO, 2021).

Afora disponibilizarem informações sobre o processo contencioso, esses meios são significativamente alinhados com os dois polos arrolados. Logo, parecem relevantes fontes de dados acerca dos julgamentos dos agentes, dos “nomes que contam”, das organizações autorizadas a promover diagnósticos e prognósticos, das aproximações e distanciamentos entre agentes individuais e coletivos, enfim, para a identificação de um conjunto de forças reticulares que compõem as disputas aqui examinadas. É preciso esclarecer que, para melhor precisão de informações, visando relativa inteligibilidade das posições e tomadas de posição dos agentes, a análise não ficou restrita aos dois difusores mencionados. O recurso a outras fontes digitais foi imprescindível para focalizar uma dimensão do trabalho político, que engloba ocupantes de cargos políticos (eletivos e administrativos), sem descuidar de um conjunto de protagonistas que se colocam igualmente com o direito e o dever de preempção a se posicionar sobre as mesmas questões ou categorias (BOURDIEU, 2004).

Há limites e potencialidades de se examinar uma dinâmica em andamento, na qual ainda não se conta com o desfecho da história. De fato, as análises retrospectivas dos movimentos sucessivos de longo prazo podem colaborar nas estratégias de reconstituição dos eventos e nas chances de maior distanciamento com relação aos acontecimentos/pertencimentos experienciados (ELIAS, 1998). Contudo, muitas vezes elas geram uma ilusão de epílogo, acarretando procedimentos de ordenação e racionalização, a posteriori, das supostas razões lógicas e cronológicas, como um projeto orientado ao fim que alcançou, limpo da imprecisão, das acomodações, dos rearranjos que proveem das interações relacional e concorrencialmente definidas (BOURDIEU, 1989). Transpondo esses obstáculos analíticos<sup>16</sup>, procuramos apreender **golpes e contragolpes** em um estado das relações de força entre agentes imersos na incerteza com relação às suas recepções e repercussões. O esboço de uma **configuração** de luta, mais ou menos provisória, é, certamente, consistente à análise das interdependências entre domínios sociais, das afinidades seletivas e divergentes, das homologias de interesses, dos princípios norteadores das práticas, dos usos possíveis de retóricas interseccionadas, da legitimação de posições e objetos multidimensionais.

Sendo uma batalha em marcha, nessas condições, circunscrevemos o período de novembro de 2018 a julho de 2020 como intervalo de análise. O início foi demarcado por reações à vitória de Jair Bolsonaro nas eleições que ocorreram em 28 de outubro de 2018<sup>17</sup>. Desde então, até o mês de agosto do ano seguinte (2019), observamos o processo de polarização anteriormente caracterizado. De agosto (2019) até julho (2020), os movimentos se caracterizaram pela ativação de jargões e a objetivação de tramas articulatórias constituídas a partir de uma *doxa*<sup>18</sup>. Por isso, os movimentos verificados podem ser considerados como desenlaces provisórios. Particularmente no mês de julho, observamos alguns refluxos e deslocamentos nos discursos e nos eixos de tensão. Assim, tendo em vista a infinidade de desdobramentos possíveis, com reconfigurações de clivagens e retóricas imprevisíveis, o remate da análise nesse mês garante um recorte com abrangência explicativa pertinente.

Nosso esforço foi mapear posições, interlocutores e retóricas a partir dos dois polos liderados por Frentes Parlamentares, respectivamente, a FP da Agropecuária

<sup>16</sup> Dobry (1986), assim como Elias (1998), alerta para a armadilha do historicismo, que concebe os eventos críticos à luz da “natureza” ou da “essência” que definiria os grandes processos políticos, descuidando do que ocorre às margens, sem o controle dos agentes, sem racionalidades previamente definidas, às vezes até acidentalmente, bem como das mudanças pontuais microscópicas e em cadeia, umas com as outras, que reconfigura o plástico espaço político.

<sup>17</sup> Data do segundo turno da disputa eleitoral para a presidência do Brasil.

<sup>18</sup> Utilizamos a noção de *doxa* no sentido consagrado por Bourdieu (1996b) como acordo sobre o terreno do desacordo. Todavia, nesse caso, a cumplicidade entre os agentes não deriva de regras e crenças específicas de um campo. Ao contrário, é estabelecida entre atuantes de múltiplos domínios (políticos, militantes, culturais e midiáticos), interdependentes e justapostos. Utilização semelhante do conceito é feita por Grün (2018).

e a FP Ambientalista. Cumpre assinalar que o funcionamento desses espaços foi regulamentado em ato (nº 69) da mesa diretora, e publicado no Diário da Câmara dos Deputados, que data de 11 de novembro de 2005. Desde então, o registro de Frentes Parlamentares (FPs) nesta instituição – como “associação suprapartidária (...) destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade” –, obedece às seguintes exigências: 1) presença de pelo menos 1/3 de membros do poder legislativo federal; 2) requerimento de registro acompanhado de ata de fundação e estatuto da entidade; 3) nome da frente e responsável (representante). Atendendo aos requisitos, elas estão autorizadas a usar o espaço físico e os meios de comunicação (TV, Rádio, Jornal e página na Internet) da Câmara.

Como já foi demonstrado por Coradini (2010, p.242-243), o protagonismo das FPs depende “dos recursos e posições no espaço político de seus componentes”, bem como do “tipo de problema” ao qual se dedicam. É preciso, pois, ponderar sobre se seus referenciais dizem respeito a uma questão socialmente legítima e sobre seu grau de consolidação e de amplitude, isto é, se mais geral, ou ligada a uma categoria específica<sup>19</sup>. E não é de estranhar a mobilização dessas entidades nas circunstâncias descritas, tendo em conta a diversidade de tempo de existência e os meios coletivos e individuais acumulados, passíveis de serem agilizados nos litígios.

A FP da Agropecuária, em seu site (cuja existência já é um dos fatores distintivos da sua organização interna), traz histórico no qual reivindica existir informalmente desde a Assembleia Constituinte, eleita em 1986 como Frente Ampla Ruralista, e defender, desde aquele momento, os “interesses do setor”. Na sequência, em 1995, teria sido formalizada com o nome Frente Parlamentar da Agricultura. E, em 2008, passou a ser denominada Frente Parlamentar da Agropecuária, adequando-se à citada regulamentação (FPA, 2020)<sup>20</sup>. A FP Ambientalista também ostenta longo percurso e significativa diversificação de atividades. Segundo consta em seu site, ela surgiu em 2007 e “organiza-se em diversos grupos de trabalho temáticos” (FRENTE..., 2020).

O material que examinamos (atas de instalação e estatutos) de mais de uma dezena de FPs diretamente ligadas aos temas atinentes à Amazônia, permitiu identificar listas de nomes, filiação partidária dos dirigentes, bem como seus

<sup>19</sup> Cascione e Araújo (2019) propõem outros critérios de mensuração da relevância das frentes, como o tamanho e o grau de institucionalização, buscando investigar o seu potencial à construção de coalizões no Congresso Nacional. Nessa perspectiva, Araújo (2020), ao estudar a reação da Frente Ambientalista no Congresso às políticas do atual governo, privilegiou os processos decisórios (atividades legiferantes, de fiscalização e de intervenção no orçamento). Nosso intuito é observar a atuação dessas entidades na formação da opinião, e não seu poder de agenda na arena legislativa. Mais próximo da nossa abordagem está o estudo realizado por Mazzili Pereira (2020) sobre o confronto político entre ativistas dos movimentos LGBT e Cristão Família a partir da atuação de frentes parlamentares.

<sup>20</sup> Há estudos voltados especificamente à análise dessa frente, a exemplo de Lima (2018) e Sevá, Bruno e Carneiro (2014).



objetivos. Por meio de tratamento sociográfico foi possível verificar como elas se alinham, de acordo com suas bases sociais e ideológicas. No que tange às finalidades que se atribuem, de um modo geral, elas reivindicam tanto a função de intermediação entre os **grupos de interesses** que representam e o espaço político (governo e parlamento), como a responsabilização por atividades de *expertise*, que ocorrem através de colóquios, seminários, reuniões, audiências públicas, etc. (CORADINI, 2010). Em que pese os enunciados vagos que visam atestar o compromisso de acompanhar, promover, discutir, apoiar, enfim, intermediar política e setorialmente a questão, uma distinção sutil e pontual transparece em alguns objetivos que constam nos documentos<sup>21</sup>: a ênfase na prospecção de potencialidades econômicas versus a reparação de perdas e/ou garantia de recursos naturais e de direitos de grupos. O que desvela lógicas das localizações/apreciações nos embates, como os que serão examinados a seguir.

## A deflagração das contendas e os contendores

A vitória eleitoral de uma nova coalisão política, em 2018, redefiniu o processo de enfrentamento político, econômico, cultural, militante e midiático estabelecido em torno da Amazônia. Entre expectativas, pronunciamentos e medidas governamentais, para certos ativistas, defensores especializados ou não de temáticas associadas espontaneamente à “região”, significou um retrocesso em ganhos até então acumulados no que diz respeito aos mecanismos de proteção do bioma, da sua “sociobiodiversidade” e dos direitos das suas populações. O gatilho para as contestações foi o agravamento das queimadas na Amazônia, alertados desde a segunda metade do ano de 2018.

A reportagem publicada no *Brasil de Fato* (BdF), em novembro de 2018, prenunciou o avanço do desmatamento, próximo “de atingir percentual irreversível”. As fontes utilizadas pela repórter Júlia Dolce<sup>22</sup> foram o relatório do Fundo Mundial para a Natureza, informações do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Mudanças Climáticas, e um editorial da revista estadunidense *Science Advances*. Admitindo a existência de queimadas desde a década de 1970, estas estariam, entretanto, no “limite irreparável” por motivos ambientais (as transformações climáticas, incêndios, impactos no ciclo hidrológico amazônico), mas também por razões políticas, “devido às políticas já anunciadas” como as fusões dos Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente, que acabou não acontecendo, e do Ibama com o ICMBio, afora a suspensão das políticas de demarcação de terras indígenas e

<sup>21</sup> Mesmo que determinadas categorias genéricas sejam comuns, como “desenvolvimento sustentável”.

<sup>22</sup> Jornalista da Agência Pública e com passagens em veículos como observatório do agronegócio De Olho nos Ruralistas e no jornal *Brasil de Fato*, bem pelo site de notícias *Alternative Information Center*.

quilombolas, declarações de retirada do país do Acordo de Paris, etc. (DOLCE, 2018, n.p.).

A matéria foi vicejada por ocasião (em 05 de novembro de 2018, no Pará) do IV Encontro Regional de Agroecologia da Amazônia (apoiado pelo Fundo Amazônia, pela fundação partidária alemã Heinrich Böll Stiftung Brasil<sup>23</sup> e pelo Fundo Dema/Somos a floresta<sup>24</sup>), que teve como temática os Territórios Livres e Soberania Popular na Amazônia. Como resultado do evento, foi publicada uma Carta Política, na qual, já no primeiro tópico, alertam que:

[...] a democracia passa por ameaças pela onda ultradireita que inundou o país, quando todos os direitos conquistados nos últimos 70 anos estão na mira de mudanças drásticas. Entre as promessas de retrocessos está: a subordinação da gestão ambiental à União Democrática Ruralista (UDR); a revogação dos marcos legais conquistados a duras penas, que promoveram os direitos territoriais aos povos indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, extrativistas e agricultores (as) familiares; ataques ao sistema de ensino, pesquisa e extensão; desmonte de programas de promoção social e a fragilização dos direitos trabalhistas, que levarão precarização do trabalho. Outro ponto importante, que merece destaque, é a não ratificação do protocolo de Nagoya, que impedirá o reconhecimento do direito dos povos e comunidades tradicionais sobre seus conhecimentos associados à sociobiodiversidade, num contexto de crescimento da criminalização dos movimentos sociais e de organizações de defesa de direitos humanos (CARTA POLÍTICA, 2018, p.2).

Em dezembro do mesmo ano, o advogado e administrador Ricardo Salles, ex-secretário de Meio Ambiente de São Paulo (entre 2016 e 2017), foi anunciado como Ministro do Meio Ambiente. A indicação teria contado com o apoio de “entidades ligadas ao setor produtivo, como o agronegócio, construção civil, comércio e

---

<sup>23</sup> A Fundação Heinrich Böll (FBBöll) é vinculada ao Partido Verde alemão e está instalada no Brasil desde 2000. Em seu site, apresenta os seguintes princípios: “da ecologia e da sustentabilidade, da democracia e dos direitos humanos, da autodeterminação e da justiça social. Damos ênfase à democracia de gênero (...)” (FUNDAÇÃO..., 2020). Para algumas indicações sobre a influência das fundações partidárias alemãs na formação das fundações do mesmo tipo brasileiras, ver Reis e Grill (2017b).

<sup>24</sup> O nome do fundo, criado em 2003, homenageia Ademir Federicci, apresentado no site como “mais um mártir da luta pelos povos do campo e da floresta, na região Norte do Brasil”. Por meio dele, buscariam apoiar: “(...) projetos coletivos dos “Povos da Floresta – povos indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, ribeirinhas e da agricultura familiar”, que visem a valorização socioambiental dessas populações, assim como a preservação do Bioma Amazônico, prezando pelo respeito à sociobiodiversidade, pela garantia plena dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – DhESCA’s, pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, pela equidade de gênero, pela valorização e respeito à auto identidade e a diversidade e pluralidade cultural e religiosa” (FUNDO DEMA, 2021).

indústria”, principalmente da Sociedade Rural Brasileira (da qual foi diretor), da União da Agroindústria Canavieira (UNICA) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) (BOLSONARO... 2018). Seu perfil<sup>25</sup> foi considerado ajustado às concepções sobre políticas ambientais da gestão que iniciava, em especial, no tocante à percepção de que a legislação ambiental atravancaria o desenvolvimento econômico e a atividade no campo. Por consequência, as providências políticas imediatas seriam no sentido, de um lado, da flexibilização dos licenciamentos ambientais em favor da produção rural e atenuação de multas; e, de outro lado, da desqualificação e enfraquecimento da atuação de organizações não-governamentais na região.

Uma das iniciativas de fortalecimento da oposição às políticas ambientais do governo e às manifestações tanto do ministro do meio ambiente como do presidente, no início de 2019, foi a atividade de relançamento da Frente Parlamentar Ambientalista, em 27 de fevereiro. Na ocasião, a deputada Joênia Wapichana (Rede RR)<sup>26</sup> aproveitou o encontro para convidar os deputados da FP Ambientalista a assinar o apoio à criação da FP em Defesa dos Povos Indígenas (MUGNATTO, 2019).

Cabe situar brevemente a existência de um conjunto de FPs cujos porta-vozes tendem a se situar à esquerda do polo político-ideológico:

---

<sup>25</sup> No perfil de uma rede profissional (*LinkedIn*), ele se apresenta como: “Paulistano (...) [com uma] história na defesa da liberdade econômica e dos valores tradicionais [que ocupou], cargos em diretorias, presidências e conselhos com a liderança do Movimento Endireita Brasil”. Sobre sua passagem pela secretaria estadual de Meio Ambiente de São Paulo enfatiza que teria contrariado: “(...) o autoritarismo de baderneiros e os interesses da indústria ambientalista”. Ressalta ainda que suas bases ideológicas são: “redução do Estado e tolerância zero com a criminalidade e a permissividade”. Disponível em: <https://br.linkedin.com/in/ricardosalles>. Acesso em: 21 abr. 2020.

<sup>26</sup> Deputada federal em primeiro mandato, é originária de uma comunidade indígena, formou-se em direito pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) e fez mestrado na Universidade do Arizona. É coordenadora-geral na Câmara da FP dos Povos Indígenas, e dirigente da FP dos Povos e Comunidades Tradicionais com Participação Popular. Desde 2020, atua como Vice-Líder da oposição e é titular das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania (Permanente) e de Integração Entre Meio Ambiente e Economia (externa), entre outras.

**Quadro 1** – FPs com perfil oposicionista e filiações dos presidentes/dirigentes

Frente	Presidente/Partido	Partidos dos Dirigentes
Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas	Joenia Wapichana/REDE	REDE (4), PT (2), PSB (2) e PSOL (1)
Frente Parlamentar Ambientalista	Alessandro Molon/PSB	PSB (3), PSOL (2), PT (1) e PP (2)
Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Quilombolas	Bira do Pindaré/PSB	PSB (3), PSOL (3), PT (1) e PDT (1)
Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais com Participação Popular	Aurea Carolina/PSOL	PT (6), PSOL (4), PSB (2), PCdoB (2), PDT (2) e Rede (1)
Frente Parlamentar Pagamento por Serviços Ambientais e Produção Sustentável	Airton Faleiro/PT	Não foram relatados na ata

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do site da Câmara dos Deputados 2020

O alinhamento entre os 28 dirigentes dessas FPs é patente, não apenas em termos de proximidade entre os partidos aos quais pertencem, mas também na atuação nas mesmas entidades. Entre eles, há 26 que são signatários da FP dos Direitos dos Povos Indígenas, 24 da FP Ambientalista, 21 da FP dos Povos e Comunidades Tradicionais com Participação Popular e 20 da FP de Comunidades Quilombolas. À confluência ideológica, soma-se a proximidade em termos de perfis políticos e sociais. No que tange às origens regionais, aproximadamente  $\frac{1}{4}$  atua no Norte (área na qual se situa a Amazônia) e  $\frac{1}{4}$  no Nordeste (onde partidos considerados de esquerda tiveram melhores resultados em 2018), um pouco mais de 30% no Sudeste, e apenas 10% tanto no Sul como no Centro-oeste (em “regiões” fortemente marcadas pelo chamado agronegócio). A grande maioria deles é ligada, como militantes e profissionais, a segmentos do funcionalismo público (principalmente professores e bancários), das denominadas minorias étnicas e sexuais, de trabalhadores rurais (sem-terra e pequenos agricultores) e de ambientalistas. Praticamente metade possui pós-graduação e as formações são majoritariamente (mais de 70%) em áreas das ciências humanas e sociais. Além disso, há um relativo equilíbrio entre homens (57,14%) e mulheres (42,85%). Nessa composição, como mencionamos, a FP Ambientalista, atualmente liderada pelo deputado Alessandro Molon (PSB-RJ)<sup>27</sup>, ocupa lugar de destaque.

<sup>27</sup> Deputado federal em terceiro mandato. Alessandro Molon é formado em direito pela PUC (RJ) e em história pela UFF, com mestrado nesta área. Foi advogado, professor, radialista e militou em grupos católicos na juventude. É o atual líder da bancada do seu partido (PSB) e coordenador geral da FP

Entre as questões repercutidas pelas lideranças dessas frentes, estão o licenciamento ambiental e as nomeações de policiais para a ocupação de postos em entidades específicas, até então conduzidas por especialistas/técnicos. Este foi o caso dos quatro oficiais da PM paulista indicados para constituírem a diretoria do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio. O que foi lido pelo representante dos trabalhadores da Associação Nacional de Servidores de Carreira de Meio Ambiente/ASCEMA como uma consequência previsível, tendo em vista os reiterados “ataques” e “difamações” do ministro ao “corpo de servidores do ICMBio através de publicações em redes sociais e de declarações na imprensa baseadas em impressões superficiais após visitas fortuitas a unidades de conservação onde não se dignou a dialogar” (SOB BOLSONARO..., 2019, n.p.).

Em 15 de maio, foi lançada a FP em Defesa da Amazônia “com o objetivo de propor e discutir soluções para o desenvolvimento sustentável da região”. A iniciativa foi interpretada negativamente pelos “oposicionistas” como uma articulação dos “ruralistas” (quase metade dos 212 parlamentares que participam da frente são da chamada “bancada ruralista”) com o principal objetivo de regularizar a mineração em áreas proibidas. Para o ministro do Meio Ambiente, a FP veio em consonância com as “prioridades” das ações do governo, tais como “o monitoramento e as ações de fiscalização” e a geração de “atividades econômicas”, permitindo “previsibilidade, segurança jurídica e condições de expandir a riqueza da biodiversidade para as pessoas que lá vivem” (MACÁRIO; VITAL, 2019, n.p.). Para o coordenador da FP recém-criada, o deputado Delegado Pablo Oliva (PSL-AM)<sup>28</sup>, as áreas “já são exploradas, mas são exploradas ilegalmente. (...). Quando você deixa que seja ilegal, uma exploração de ouro, por exemplo, leva o ouro pra fora do Brasil, a riqueza não fica, quem trabalha não se desenvolve, o lugar não se desenvolve” (RODRIGUES, 2019, n.p.).

Vale pontuar igualmente para este polo, a articulação de um conjunto de FPs com temáticas semelhantes, entre outras afinidades. Os dirigentes dessas entidades são predominantemente filiados a partidos situados à direita ou centro-direita no espectro partidário, como pode ser observado no Quadro 2.

---

Ambientalista, além de membro das comissões parlamentares sobre Despesas das Instituições Federais de Ensino, sobre Dados Pessoais e sobre Competência Legal para Investigação Policial.

<sup>28</sup> Deputado federal em primeiro mandato, tem formação em direito (com pós-graduação e mestrado na área) e atuou profissionalmente como delegado da polícia federal; foi diretor regional da associação da categoria. É membro titular das Comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

**Quadro 2** – FPs “governistas” e filiações dos presidentes/dirigentes

Frente	Presidente/Partido	Partidos dos Dirigentes
Frente Parlamentar em Defesa da Agropecuária	Alceu Moreira/ MDB	DEM (5), MDB (4), PP (4), PSD (3), PSL (2), PL (2), PTB (1), PSDB (1), PDT (1), Cidadania (1), Podemos (1), Solidariedade (1)
Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia	Delegado Pablo/PSL	PSL (2), Republicanos (2), PSD (1), Podemos (1), Solidariedade (1) e PCdoB (1)
Frente Parlamentar Mista da Mineração	Ricardo Izar/PP	PP (2), PSD (1) e MDB (1)
Frente Parlamentar Mista em Defesa das Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHS) e das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHS)	Pedro Lupion/DEM	PP (2), DEM (1), PR (1), PSD (1), Podemos (1) e PT (1)
Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados	Sergio Souza/MDB	PSD (3), PP (3), PR (2) e MDB (2)
Frente Parlamentar de Promoção da Aviação na Amazônia	Vicentinho Júnior/PL	PSD (2), PL (1), PP (1) e DEM (1)

**Fonte:** Elaboração própria com base em dados do site da Câmara dos Deputados 2020

Do mesmo modo que foi constatado para as frentes de “oposicionistas”, a lógica de alinhamento nesse grupo de dirigentes corresponde a bases político-partidárias, ideológicas e sociais. Cumpre ressaltar que entre os 41 agentes identificados, 32 fazem parte da FP Agropecuária, 31 da FP Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados, 25 da FP Centrais Geradoras Hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas, 24 da FP Mineração, 23 da FP Amazônia e 22 da FP Aviação na Amazônia. Comparativamente aos 28 já caracterizados no outro grupo (Quadro 1), eles são menos frequentemente atuantes no Nordeste (7,31%)<sup>29</sup> e mais presentes no Norte (29,2%), Centro-oeste (17,07%) e Sul (19,51%). Também são significativamente ligados a setores empresariais (mais de 40% são empresários e foram líderes de segmentos rurais e urbanos) e a categorias de policiais e militares do funcionalismo público. São um pouco menos escolarizados (40% têm pós-graduação), e mais voltados às áreas de administração, engenharia, ciências contábeis, veterinária

<sup>29</sup> A proporção de presença no Sudeste é semelhante nos dois grupos (32,14% entre os “oposicionistas” e 26,82% entre os “governistas”).

e comunicação (contabilizam quase 50% entre as primeiras graduações e entre as pós-graduações). Para finalizar, devemos registrar a raridade das mulheres (apenas 9,75%) e, conseqüentemente, a quase exclusividade de homens 90,24% nesse universo. Embora uma das suas principais lideranças seja uma mulher – Tereza Cristina<sup>30</sup>. Ela é a atual ministra da agricultura e ex-presidente da FP da Agropecuária (frente que ocupa centralidade nesse polo, atualmente liderada pelo deputado federal Alceu Moreira/MDB-RS)<sup>31</sup>.

A partir da segunda metade do ano de 2019, as objeções ao governo assumiram contornos mais categóricos, especialmente decorrentes de questões relativas às queimadas na Amazônia e ao desmatamento da floresta. Ampliadas, ainda, pelos protestos às posturas do governo e dos “governistas”, em relação a determinados porta-vozes e lideranças (nacionais e internacionais) e à legitimidade das posições ocupadas e dos tipos de conhecimentos acionados.

Nessas contendas, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)<sup>32</sup> – que se constitui como principal órgão responsável pela produção de dados “objetivos” passíveis de serem ativados na comprovação da “destruição da região amazônica” –, emerge como alvo e trunfo de ataque. Segundo o site do Instituto, ele é formado por um núcleo de “pesquisadores capacitados” e seus produtos, notadamente de sensoriamento remoto, ganharam evidência a partir dos anos 1970 devido ao “primeiro trabalho sobre o desmatamento na região amazônica a partir de imagens de satélite”. Subseqüentemente, dar-se-ia a consolidação da sua reputação para realizar “atividades voltadas à área ambiental, a partir do acesso ao espaço”. Em 2004, o “INPE lançou o sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (DETER),

---

<sup>30</sup> Elegeu-se em 2018, ao segundo mandato de deputada federal e se licenciou para assumir o cargo de ministra. Tereza Cristina foi secretária de Desenvolvimento Agrário da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo no Mato Grosso do Sul. Ela é engenheira agrônoma e empresária rural. Ocupou dezenas de cargos de direção em entidades ligadas ao setor da agropecuária. Durante seu primeiro mandato (2015 e 2018), foi presidente a FP da Agricultura e titular de comissões como a de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (permanente) e a de regulamentação de defensivos fitossanitários, de demarcação de terras indígenas, de mineração, de agrotóxicos (especiais), entres outras.

<sup>31</sup> Está no terceiro mandato de deputado federal. Sempre foi filiado ao PMDB/MDB no qual percorreu longa carreira política e tornou-se porta-voz de lideranças de municípios do estado, notabilizado pelo desenvolvimento agronegócio. Antes foi: vereador; vice-prefeito e prefeito em Osório (RS); deputado estadual; presidente da Assembleia Legislativa; presidente da Federação de Prefeitos de Municípios do RS (FAMURS); e secretário estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano. De família de pequenos agricultores, tem curso superior incompleto e foi comerciante (representante comercial de produtos agropecuários).

<sup>32</sup> Segundo a página institucional do órgão governamental, o seu surgimento foi “no início dos anos 1960, motivado pelas expectativas que se criaram em torno das primeiras conquistas espaciais obtidas pela União Soviética e pelos Estados Unidos (...)”. No final dos anos 1960, teriam “estabelecido o PORVIR, através do qual o INPE iniciou suas atividades de Pós-Graduação. Além de garimpar pesquisadores talentosos ainda em formação nas universidades, pesquisadores estrangeiros foram atraídos para atuar em diferentes áreas de pesquisa e ensino do INPE”. Ademais: “A capacitação dos pesquisadores envolvia ainda a realização do doutorado no exterior”. (HISTÓRIA...2017)

também voltado para a região amazônica, que mapeia diariamente as áreas de corte raso e de processo progressivo de desmatamento por degradação florestal”. Ainda segundo a fonte, esse teria sido “um marco importante para a história do Brasil no combate ao desmatamento ilegal e na política de preservação da vegetação no país foi o lançamento, pelo Ministério do Meio Ambiente, em 27/11/2015 (Portaria 365), do Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros, usando a tecnologia de satélite” (HISTÓRIA..., 2017).

Para questionar sua validade, o presidente (em entrevista coletiva com a imprensa internacional, no dia 19 de julho) acusou o então diretor do INPE, Ricardo Galvão<sup>33</sup>, de divulgar dados “mentirosos” sobre o desmatamento da Amazônia e de “estar a serviço de alguma ONG” (GIRARDI, 2019, n.p.). A resposta de Galvão foi publicada nos mais variados veículos de comunicação, postulando legitimidade e reconhecimento no desempenho de suas funções, mobilizando como crédito profissional “os anos de serviço público” e como garantia de reputação ética não ter “relacionamento com nenhuma ONG” ou ter sido “pago por fora” (MELO, 2019). Várias instituições científicas se manifestaram em sua defesa<sup>34</sup>, enfatizando o valor dos dados e das instituições científicas, e alertando para o risco de “desmerecer instituições científicas da qualificação do INPE [que] gera uma imagem negativa do País e da ciência que é aqui realizada” (MOREIRA, 2019, n.p.). Com o mesmo foco na “ciência”, o deputado Alessandro Molon, na sua página pessoal em uma rede social, lamentou: “Caiu Ricardo Galvão, diretor do Inpe. (...). Os dados mostram o que Bolsonaro quer esconder sob suas mentiras. Quem desinforma é inimigo da Ciência, pela qual tanto lutamos. Grave!”<sup>35</sup>.

No decorrer dos primeiros dias do mês de agosto, o presidente se autocaracterizou como “capitão motosserra”; exonerou o diretor do INPE (nomeando um militar da aeronáutica) e o ministro do meio ambiente reafirmou deslocamentos de destinação dos recursos do Fundo Amazônia (maior projeto de cooperação internacional, criado em 2008 para financiar projetos de redução do desmatamento e preservação da floresta), enquanto lideranças da FP da Agricultura ressoaram a urgência dos

---

<sup>33</sup> Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, resume em seu Currículo Lattes: “Possui (...) doutorado em Física de Plasmas Aplicada pelo *Massachusetts Institute of Technology* (1976) e Livre-Docência em Física Experimental pela Universidade de São Paulo (1983). É professor titular do Instituto de Física da Universidade de São Paulo. Foi diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (2004-2011), diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2016-2019), presidente da Sociedade Brasileira de Física (2013-2016) e membro do Conselho Científico da Sociedade Europeia de Física (2013-2016). É membro da Academia de Ciências do Estado de São Paulo e da Academia Brasileira de Ciências. (...)” Currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1443260585180322>. Acesso em: 20 abr. 2020.

<sup>34</sup> Como a Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC).

<sup>35</sup> Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/MolonRJ/posts/2411113518982123>. Acesso em: 24 ago. 2020.



empreendimentos governistas à recuperação da imagem do país e do setor agropecuário, principalmente no exterior.

Em oposição, a revista *Veja* reproduziu uma matéria publicada pela revista britânica *The Economist*, com o título “Velório para a Amazônia: a ameaça do desmatamento descontrolado”, na qual “pede reação mundial a Bolsonaro”, salientando que o “presidente brasileiro é ‘sem dúvida, o chefe de Estado mais perigoso em termos ambientais do mundo’” (MAFRA, 2019, n.p.). O *Canal Rural*, em seguida, lançou a resposta dada por Benedito Rosa (ex-secretário de política agrícola do Ministério da Agricultura e comentarista do *Canal...*) considerando que “artigos como a da revista *The Economist*, de crítica à política de Bolsonaro para Amazônia, têm por finalidade evitar concorrência de produtos agrícolas brasileiros na União Europeia [...]” (INTERESSES..., 2019, n.p.). Na linha dos argumentos do presidente e dos demais “governistas”, ele afirma que “precisamos entender que interesses econômicos podem influenciar temas ambientais”. Com o mesmo raciocínio, o presidente da FP da Agropecuária declarou (durante evento na 42ª Expoiner, em Esteio-RS) sobre a existência de “uma questão ambiental com interesses comerciais”, e que o setor agropecuário seria como “fiscal à disposição do governo” e, por isso, o governo deveria “empoderar os agricultores” para agir em benefício da floresta amazônica (SAFRAS, 2019, n.p.).

Em audiência pública realizada no início de agosto pelas Comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) e a de Meio Ambiente (CMADS), da Câmara dos Deputados, o deputado federal Celso Maldaner (MDB-SC)<sup>36</sup>, membro da FP da Agropecuária, deu os parabéns ao ministro do meio ambiente, realçando que “os recursos não podem servir aos interesses ‘daqueles que se utilizam do manto da proteção ambiental para se enriquecer’”. O vice-presidente da mesma FP (região Centro-Oeste), deputado Jose Mario Schreiner (DEM-GO), acrescentou que “há interesse de ONGs para que esse povo permaneça na pobreza em que se encontra” (GOUVEIA, 2019, n.p.). Alceu Moreira – então relator da PEC 187/2016, que “acrescenta um parágrafo ao artigo 231 da Constituição Federal, a fim de permitir às comunidades indígenas praticar atividades agropecuárias e florestais em suas terras, bem como comercializar aquilo que foi produzido e gerenciar sua renda” – argumentou que: “mesmo não havendo proibição constitucional, persistem equivocados entendimentos segundo os quais o exercício de atividades agrárias em terras indígenas de ocupação tradicional não seria regular”, e que esta seria uma “visão distorcida da realidade indígena e apenas servem aos interesses daqueles que desejam os manter sob uma inaceitável tutela e em condições indignas de sobrevivência” (GOUVEIA, 2019, n.p.).

<sup>36</sup> Deputado em quarto mandato e ex-prefeito de Maravilha-SC por duas ocasiões. Administrador com pós-graduação, dirige sua empresa rural.

Em nome da FP da Agropecuária, Moreira comunicou a preparação de “uma missão oficial com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, para diversos países europeus em setembro” com o intento de “levar informação sobre a produção sustentável da agropecuária brasileira para desfazer a imagem negativa do agro com relação a questões ambientais como o desmatamento da Amazônia” (É PRECISO..., 2019, n.p.). O presidente, no mesmo período, explicitou a conjectura de que entre as razões das queimadas na Amazônia estaria a “ação criminosa de ONGs”, como forma de “reação à suspensão de repasses do governo brasileiro e de verbas de países europeus ao Fundo Amazônia” e ainda, que as doações ao Fundo, a defesa da demarcação de terras indígenas e a ampliação de áreas de reserva ambiental seriam formas de “comprar à prestação a nossa soberania” (BOLSONARO..., 2019, n.p.).

A convocação do G7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido) – feita pelo presidente francês Emmanuel Macron para debater os incêndios da Amazônia como parte de uma crise internacional – aconteceu em 22 de agosto. No dia 23, o *Canal Rural* reproduziu a reportagem do jornal *Estadão*, no tópico Relações internacionais, trazendo a avaliação do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para o qual “a ameaça europeia” de suspensão dos recursos teria sido uma “desculpa” para que o acordo Mercosul-EU “não avance, em função de supostos interesses econômicos desses países” (MAIA..., 2019, n.p.). Em matéria própria intitulada Esclarecendo a situação, deu ênfase aos argumentos da ministra da Agricultura Tereza Cristina de que “não há razão para barreiras comerciais ao agronegócio por causa de queimadas”, que “os produtores rurais são os mais prejudicados pelas queimadas” e “que elas acontecem no mundo todo” (CANAL RURAL, 2019, n.p.).

Os posicionamentos divulgados no *Brasil de Fato (BdF)* foram, evidentemente, de rejeição às argumentações “governistas”. Por exemplo, para o gestor do programa de Florestas de Valor do IMAFLORA<sup>37</sup>, Roberto Palmieri<sup>38</sup>, “o interesse” nos “incêndios florestais na Amazônia” não é das ONGs, mas “interessa aos produtores rurais que querem limpar suas áreas. É assim que é feito, tradicionalmente, a limpeza das áreas da Amazônia. Derruba e taca o fogo. O fogo limpa e aí vem o pasto, outras culturas”. E, para o engenheiro agrônomo Gabriel Ribeiro Castellano<sup>39</sup>, haveria “o risco de transformar a Amazônia em “uma grande monocultura e a cana de açúcar,

---

<sup>37</sup> Segundo consta em seu site é uma ONG brasileira criada em 1995. São enfatizadas como marcas da entidade: “soluções inovadoras [demonstrando] que é possível (...) unir a produção com a conservação. Combinar benefícios às pessoas, ao meio ambiente e à economia. (...) melhorando e mantendo a qualidade de vida de trabalhadores rurais e florestais, populações tradicionais, indígenas, quilombolas, agricultores familiares e todos nós”. (NOSSAS RAÍZES, 2020).

<sup>38</sup> Fez MBA na Fundação Getúlio Vargas (FGV), segundo sua página profissional (*lindekin*).

<sup>39</sup> É mestre em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), de acordo com seu Currículo Lattes.

a soja ou o milho, dominem as paisagens”, que “muitas espécies acabem extintas mesmo antes de serem descobertas”, além de outros “problemas relacionados à qualidade do ar, ao comprometimento do solo e a poluição dos recursos hídricos”. Novamente, os dados do INPE são apresentados para sublinhar que “o Brasil vive a maior onda de queimadas dos últimos cinco anos” (SUDRÉ, 2019, n.p.).

Ainda no dia 23, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto nº 9.985 com a autorização do “emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem nas áreas de fronteira, terras indígenas, unidades federais de conservação ambiental e outras áreas dos estados da Amazônia Legal”, “em articulação com os órgãos de segurança pública e órgãos e entidades públicas de proteção ambiental”. Ficando “a alocação e os comandos das operações (...) a cargo do ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva”, o que visaria a “prevenção e repressão de delitos ambientais e no levantamento e combate a incêndio” (FORÇAS..., 2019, n.p.). À noite, o presidente fez um pronunciamento, transmitido em cadeia nacional de rádio e televisão, sobre as “queimadas na Amazônia”, no qual retoma os argumentos de que “incêndios florestais existem em todo o mundo”, diz que “isso não pode servir de pretexto para sanções internacionais” contra o Brasil, e que a posição do governo seria de “tolerância zero” com relação ao desmatamento ilegal (FORÇAS..., 2019, n.p.).

Seguiam em pauta as críticas de Macron às políticas ambientais então conduzidas pelo governo brasileiro, contra as quais houve reações de “governistas” rudes e outras mais amenas (como a da ministra Tereza Cristina, que as classificou como “oportunistas” e inteirou que, se “querem preservar a Amazônia, tem que colocar mais dinheiro aqui para ajudar nessa preservação. Mas não interferir na soberania do nosso país” (PRESIDENTE DA..., 2019, n.p.). O presidente, retomando a querela com frequência em seus pronunciamentos, exigiu um pedido de desculpas formal do presidente francês para aceitar o auxílio financeiro do G7. “Governistas” insistiram que a “ajuda internacional é importante, mas Bolsonaro precisa assegurar a soberania nacional sobre o território”, como expressou o comentarista Miguel Daoud<sup>40</sup> do *Canal Rural* (AJUDA..., 2019, n.p.). A recusa do auxílio internacional<sup>41</sup> preocupou os governadores dos estados que formam a Amazônia Legal, que pressionaram para que o presidente acolhesse os recursos do grupo formado pelas sete economias mundiais mais avançadas, no intuito de debelar as queimadas.

---

<sup>40</sup> Miguel Daoud apresenta-se em página pessoal como “analista político e econômico do Canal Rural” e “palestrante de economia e política com foco em agronegócio para associações, cooperativas e sindicatos rurais, empresas de insumos e defensivos agrícolas e instituições financeiras”. Disponível em: <https://migueldaoud.com.br/>. Acesso em: 04 ago. 2020.

<sup>41</sup> Para uma análise dos efeitos das redes, parcerias desiguais e competições (tecidas do nível regional ao transnacional) por auxílios externos e os efeitos de uma espécie de **isomorfismo normativo** em articulação com um **isomorfismo institucional** no funcionamento de entidades que trabalham na e para a Amazônia, ver Buclet (2009).

Também preocupou os agentes do setor produtivo, receosos do impacto da imagem externa do país nos seus negócios.

Como medidas, citamos: coordenada “uma operação de Garantia de Lei e Ordem (GLO)”;

organizada a visita de uma comitiva do governo federal à região; anunciada as ajudas dos governos do Chile e do Equador por meio da disponibilização de aviões e de brigadistas (SITUAÇÃO..., 2019, n.p.); e confirmado o auxílio do “aliado” Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro israelense, às forças armadas brasileiras no combate aos incêndios na Floresta Amazônica. O presidente fez uma reunião com os governadores da Amazônia Legal, enfatizando as necessidades de “regularização fundiária”, de “medidas para fortalecer o crescimento econômico da região de forma sustentável”, e a preservação da “soberania” (PRESIDENTE REUNE..., 2019, n.p.). Para demonstrar o alinhamento entre eles, o governador de Rondônia (policia militar e filiado ao PSL) reivindicou: “Nós somos da região, defendemos a Amazônia, estamos juntos. O Brasil é nosso, o Brasil é dos brasileiros”; e o de Roraima (empresário e filiado ao PSL) complementou: “Temos que separar os bons dos ruins, fazer a regularização fundiária e fazer a parceria também para que os estados possam formar brigadistas locais” (PRESIDENTE REUNE..., 2019, n.p.).

A repercussão dessas medidas instigou a expressão de uma série de pontos de vista discordantes. A colunista do *BdF*, Tânia Maria Saraiva de Oliveira – apresenta-se como advogada, historiadora e pesquisadora –, escreveu o artigo “Bolsonaro e o bolsonarismo colocam fogo na Amazônia”, no qual avaliou que as ações do presidente eram previsíveis, pois sua política é “antiambiental, defensora do agronegócio predatório, de um pensamento que elimina fisicamente líderes rurais e das florestas”. Ela reconstituiu os principais passos contra a “preservação de biomas e povos originários, ribeirinhos e quilombolas”, que visariam “garantir o lucro, e o lucro vem com pasto, soja e mineração” (OLIVEIRA, 2019, n.p.).

## Fluxos, refluxos e desenlaces transitivos

No final de agosto (2019) foi anunciada a articulação, conduzida pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP)<sup>42</sup> – coordenador-geral no Senado da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas –, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Amazônia no Senado Federal, visando ser “uma

---

<sup>42</sup> Elegeu-se duas vezes senador e deputado estadual para dois mandatos pelo estado do Amapá, sempre por siglas situadas à esquerda (PT, PSOL e REDE). Randolfe Rodrigues é formado em história pela UFAP e em direito pela Faculdade SEAMA, possui mestrado em políticas públicas pela UECE e foi professor. Militou no movimento estudantil e sindicalista. Divide a coordenação da FP dos Povos Indígenas com a deputada Joênia Wapichana.

resposta do Parlamento” à urgência da questão. Principalmente, as lideranças das FPs Ambientalista e em Defesa da Amazônia Legal (situadas em polos opostos), movimentaram-se no sentido de organizar um fórum permanente de monitoramento da Amazônia.

Conjugou-se a isso a realização da reunião unificada no Congresso Nacional (no dia 28), contando com a participação de representantes da Frente Brasil Popular<sup>43</sup> e da Frente Povo Sem Medo<sup>44</sup>, além de entidades ambientalistas, sindicais, estudantis e organizações religiosas, aclamada como “uma reunião histórica” (TATEMOTO, 2019, n.p.). A síntese do seu objetivo foi dada pela deputada federal Jandira Feghali (PcdoB-RJ)<sup>45</sup>, líder da minoria na Câmara: “Nós temos um diagnóstico muito claro que se trata de uma tragédia, e que tem responsável. O responsável é o governo. Que tira daqui um fórum permanente, que vai estimular a criação de fóruns regionais. A gente precisa fazer uma pauta para fora, com mobilização da sociedade civil” (MARQUES, 2019, n.p.).

O Fórum Nacional Amplo em Defesa da Amazônia (FNADA) foi lançado como resultado dessa plenária. O deputado Alessandro Molon (PSB), líder da Oposição, afirmou que “houve consenso em torno de pautas pragmáticas de atuação do parlamento” e que se trataria de “uma mobilização nacional que exige dos setores públicos uma mudança de comportamento, como a demissão do Ricardo Salles e que se interrompa o desmonte das políticas ambientais” (MARQUES, 2019, n.p.). O deputado Nilto Tatto (PT)<sup>46</sup>, vice-coordenador da FP Ambientalista, sublinhou que “o compromisso que o Fórum tem que assumir é levar essa agenda para ser apresentada ao presidente da Câmara e barrar a tramitação de alguns projetos que atacam os direitos ambientais”. E a presidente da FP em defesa dos Povos Indígenas, a deputada Joênia Wapichana (Rede-RR), lembrou que seu partido protocolou

<sup>43</sup> Fundada em 2015 é composta por “artistas, intelectuais, religiosos, parlamentares e governantes, assim como integrantes e representantes de movimentos populares, sindicais, partidos políticos e pastorais, indígenas e quilombolas, LGBT, negros e negras, mulheres e juventude”. Entre os compromissos de seu manifesto de criação constam entre outros: “defender a soberania nacional e a integração regional”. Disponível em: <http://www.frentebrasilpopular.org.br>. Acesso em: 25 mai. 2020.

<sup>44</sup> Ao contrário da Frente Brasil Popular, a Frente Povo Sem Medo não é constituída por personalidades e sim por organizações diversas, como partidos políticos de esquerda, movimentos sociais e centrais sindicais. Segundo sua página do *facebook*, ela foi criada em resposta ao “conservadorismo” e visando mobilizações populares. Disponível em: <https://www.facebook.com/povosemmedonacional>. Acesso em: 25 mai. 2020). As duas frentes de militância foram parceiras em vários eventos desde 2015.

<sup>45</sup> Considerada um “quadro histórico” do PCdoB, foi deputada estadual e por sete vezes eleita deputada federal pelo Rio de Janeiro, sempre pelo mesmo partido. Foi ainda secretária municipal de ciência e tecnologia e cultura na capital do seu estado. Graduada e pós-graduada em medicina, Feghali militou no movimento feminista e sindical da sua categoria profissional. Ela é titular nas Comissões Parlamentares de Cultura e de Seguridade Social e Família.

<sup>46</sup> Nilto Tatto é deputado federal em segundo mandato. Formado em estudos sociais, foi coordenador do Instituto Socioambiental na capital paulista. Tem vários livros publicados sobre questão ambiental. Em 2020, ele atuou como titular da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e vice-líder do seu partido (PT) na Câmara, além de candidato a prefeito de São Paulo.

no Superior Tribunal Federal, na semana anterior, um pedido de impeachment do ministro Ricardo Salles (MARQUES, 2019, n.p.).

A notícia de criação do FNADA foi repercutida em diversos meios midiáticos, alternativos e da grande imprensa, com “nota de criação” cujo título sintetiza o repertório de questões conciliadas nos referenciais construídos nesse polo: Pela Amazônia/Pelos Povos da Floresta/Pela Ciência/Pelo Ar que Respiramos/Pelo Desenvolvimento Sustentável/Pela Soberania Nacional. O documento: recorre à Constituição Federal para sustentar a necessidade de “preservação da Floresta Amazônica brasileira”, “do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”; aponta o governo atual como “responsável pelo deliberado desmantelamento das políticas ambientais estabelecidas nas últimas quatro décadas, políticas estas que granjearam para o nosso país merecido reconhecimento internacional”, que “desconsidera dados científicos e chega a propor a substituição do renomado INPE por mineradores e grupos privados nas atividades de monitoramento”; define que a “soberania nacional é princípio inalienável”; e acusa “um chefe de Estado que usa o discurso da soberania para angariar apoio, mas na prática se subordina a interesses externos” (MARQUES, 2019, n.p.).

Depois de listar as medidas consideradas “urgentes” (como a exoneração do ministro do meio ambiente), o texto é concluído com a frase: “Não pairam dúvidas de que a Amazônia é nossa. Ações responsáveis, e não bravatas, se impõem para que continue a ser nossa. Preservada. Viva. Respeitada”. E o documento é encerrado com a lista de 22 parlamentares e 39 organizações signatárias. (MARQUES, 2019, n.p.).

**Quadro 3** – Parlamentares e Organizações Signatárias do documento: Pela Amazônia/Pelos Povos da Floresta/Pela Ciência/Pelo Ar que Respiramos/ Pelo Desenvolvimento Sustentável/Pela Soberania Nacional

Os/as parlamentares são: Jandira Feghali (PCdoB/RJ), Líder da Minoria na Câmara; Alessandro Molon (PSB/RJ), Líder da Oposição na Câmara; Nilto Tatto (PT/SP), Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista; Joênia Wapichana (REDE/RR), Líder da REDE na Câmara; Gleisi Hoffmann (PT/PR), Presidente Nacional do PT; André Figueiredo (PDT/CE), Líder do PDT na Câmara; Ivan Valente (PSOL/SP), Líder do PSOL na Câmara; Paulo Pimenta (PT/RS), Líder do PT na Câmara; Airton Faleiro (PT/PA); Áurea Carolina (PSOL/MG); Bira do Pindaré (PSB/MA); Fernanda Melchionna (PSOL/RS); Gervásio Maia (PSB/PB); José Guimarães (PT/CE); José Ricardo Wendling (PT/AM); Lídice da Mata e Souza (PSB/BA); Marcelo Ribeiro Freixo (PSOL/RJ); Patrus Ananias (PT/MG); Perpétua Almeida (PCdoB/AC); Rodrigo Agostinho (PSB-SP); Talíria Petrone Soares (PSOL/RJ); e Vilson da Fetaemg (PSB/MG). E, entre as organizações assinantes, estão: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG); Associação Nacional dos Servidores da Carreira Especialista em Meio Ambiente (ASCEMA); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Central Única dos Trabalhadores de Brasília (CUT-DF); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Fundação SOS Mata Atlântica; GreenPeace; Instituto Socioambiental (ISA); Mídia Ninja; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); WWF BRASIL; União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); e União Nacional dos Estudantes (UNE).

**Fonte:** NOTA DE CRIAÇÃO DO FÓRUM NACIONAL AMPLO EM DEFESA DA AMAZÔNIA. 28/08/2019. Disponível em: <http://www.ascemanacional.org.br/wp-content/uploads/2019/09/NOTA-DE-CRIAÇÃO-C3%87%83O-DO-F3%93RUM-NACIONAL-AMPLO-EM-DEFESA-DA-AMAZ3%94NIA.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2021.

Na outra ponta, a campanha *Seja Legal* com a Amazônia foi lançada em início de setembro, a partir da “ação promovida por coletivo de organizações do agronegócio, das empresas e da sociedade civil”<sup>47</sup>, contra a grilagem de terras públicas e o desmatamento ilegal e defendendo ampla pauta<sup>48</sup>. Para o presidente da ABAG<sup>49</sup>, o engenheiro de alimentos e executivo do segmento de óleos vegetais Marcello Brito: “O agronegócio precisaria assumir esse discurso e mostrar ao mundo que produzi-

<sup>47</sup> ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio), a ABIEC (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes), AIPC (Associação das Indústrias Processadoras de Cacau), CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, GTPS (Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável), IBÁ (Indústria Brasileira de Árvores), Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), Instituto Ethos, IPAM (Instituto de Pesquisa da Amazônia) e SRB (Sociedade Rural Brasileira). (AGRONEGÓCIO, 2019).

<sup>48</sup> Ver em: *SEJA LEGAL COM A AMAZÔNIA* (2018).

<sup>49</sup> Entidade que existe há mais de 25 anos na defesa do chamado agronegócio brasileiro. Para o histórico, ações e prioridades, ver: ABAG (2021)

mos do jeito honesto. Quem faz de forma ilegal é bandido, e aí é caso de Justiça, não do Ministério da Agricultura” (SOUZA, 2019, n.p.). E, conforme o diretor do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM<sup>50</sup>), André Guimarães – agrônomo formado pela Universidade de Brasília (UnB), que atuou em instituições (empresas, entidades do terceiro setor e órgãos de gestão transnacional) do setor –, “grileiros são os grandes responsáveis pelos crimes; o agro integra campanha ‘Seja Legal com a Amazônia’ contra a ilegalidade”; ressaltando que “é preciso executar a legislação, para colocar luz em quem está na ilegalidade e criar instrumentos para estimular quem está na legalidade, aplicando o Código Florestal no qual os “produtores com propriedades no bioma amazônico podem desmatar até 20% da área” (SOUZA, 2019, n.p.).

A FP da Agropecuária persistia empenhada em “mostrar que o Brasil preserva o meio ambiente e suas florestas”. Um dos seus representantes, o deputado Zé Vitor (PL-MG)<sup>51</sup>, sustentou que o “nosso setor está preocupado com o desmatamento, por isso que apresentamos esse projeto. Esse assunto sempre esteve presente na pauta da FPA” (AMORIM, 2019, n.p.). O que seria razão para a frente apresentar um projeto com medidas que reverteriam a “impressão que se tem é como se o agronegócio fosse o grande vilão, e nós estamos muito preocupados com essa imagem que o Brasil está criando lá fora. Nós queremos ajudar dentro do parlamento. Nós queremos segurança para o produtor rural” (AMORIM, 2019, n.p.).

No final do ano de 2019, Salles anunciou, de um lado, (em novembro) “um plano com diversas ações para incentivar a preservação da Amazônia”, incluindo a “remuneração” de “quem cuida da floresta, na lógica da reserva legal e dentro do percentual estabelecido pelo Código Florestal”; a “regularização fundiária em áreas da Amazônia”, por meio de “mecanismos jurídicos, facilitação de documentação, agenda necessária, cooperação, entre outros”; “estratégias para acelerar o processo de zoneamento econômico e ecológico da região”; e “o alinhamento da agenda de bioeconomia na região”. Em reportagem, o *Canal Rural* salienta que o ministro estaria “buscando mais recursos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para atrair o setor privado” (BERTOLACINI; FLORENTINO, 2019, n.p.). O deputado federal e presidente da FP da Agropecuária, Alceu Moreira (MDB-RS), corroborou a necessidade das iniciativas para “separar quem está produzindo legalmente de quem está ilegal”, pois, segundo ele, existiriam “três tipos de ocupação diferentes: as terras legais, onde se pode fazer supressão da mata porque

---

<sup>50</sup> Segundo seu site é uma: “organização científica, não governamental, apartidária e sem fins lucrativos que desde 1995 trabalha pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia [...]” (IPAM, 2021). Para uma análise sociológica sobre as trajetórias dos fundadores, sua organização interna, programas e principalmente financiadores internacionais, ver Buclet (2009).

<sup>51</sup> Deputado em primeiro mandato é formado em agronomia e foi secretário municipal de Trabalho e Ação Social e Meio Ambiente em Araguari (MG), além de superintendente regional de meio ambiente. É Vice-líder da bancada do PL e Vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.



foi decidida a quantidade legalmente; a irregular, onde pessoas moram em áreas de assentamento e que precisam ser regulamentadas pelo estado; e as de ocupação e desmatamento ilegal” (GOVERNO..., 2019, n.p.).

De outro lado, coordenadores FNPDA se encontraram, em dezembro do mesmo ano, “com representantes do Conselho Nacional das Populações Extrativistas para ouvir e deliberar sobre as últimas ofensivas do governo federal contra as reservas extrativistas do país”, justificando a reunião por “sua clara intenção de desmontar a rede de proteção ambiental existente” (FÓRUM..., 2019, n.p.). A “gota d’água” teria sido a decisão do ministro do meio ambiente de “suspender fiscalização das infrações ambientais e grilagens de terras na Reserva Extrativista (Resex) Chico Mendes, no Acre”, depois de “se reunir com infratores ambientais indiciados por crimes ambientais dentro da Resex, muitos deles já condenados pela justiça”, e “quatro deputados federais e dois senadores, todos eles favoráveis à diminuição da reserva”. Essas lideranças do Fórum decidiram pela organização de um “Plantão em defesa da vida e dos direitos humanos”, em razão do “alto índice de ameaças à atuação e à vida de defensores dos direitos humanos e lideranças populares e indígenas”. Foi divulgada uma lista com parlamentares (Jandira Feghali e Aírton Faleiro<sup>52</sup>), entidades (Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, CUT, CONTAG, WWF, ISA e REPAM) e outros responsáveis pelo atendimento, bem como as datas e telefones de contatos a serem acionados em “eventuais emergências políticas, violações de direitos ou ataques contra lideranças e ativistas de direitos humanos e movimentos populares durante o período do recesso parlamentar” (FÓRUM..., 2019, n.p.).

O ano de 2020 foi inaugurado com o anúncio do presidente da República, feito na 26ª Reunião do Conselho de Governo (em 21 de janeiro), da criação da Força Nacional Ambiental e do Conselho da Amazônia, a ser coordenado por Hamilton Mourão, vice-presidente do Brasil. Ambos repercutiram a “determinação” por suas contas de *twitter*. Mourão seria responsável por “coordenar ações de vários ministérios para a ‘proteção, defesa e desenvolvimento sustentável da Amazônia’, usando a estrutura da própria vice-presidência” (GULLINO; MAIA, 2020, n.p.). E, segundo o presidente, com a pretensão de que o “órgão tenha funcionamento semelhante ao da Força Nacional de Segurança Pública, composta por policiais militares e civis e por bombeiros, entre outros profissionais de segurança”. O decreto passando o Conselho para a vice-presidência foi assinado no dia 11 de fevereiro, segundo o próprio presidente, com “muita esperança” de “dar a devida resposta aos que nos criticam”, referindo-se a um “chefe de Estado [Emmanuel Macron, que]

---

<sup>52</sup> Aírton Faleiro foi deputado estadual no Pará durante 16 anos, sempre pelo PT. Agricultor com ensino fundamental. Presidente da FP em Favor do Pagamento por Serviços Ambientais e Produção Sustentável, atua também como titular nas Comissões de Minas e Energia, Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia e Cultura.

ousou dizer que a soberania da Amazônia não era nossa, [que] era relativa. E outras autoridades falaram coisas semelhantes no passado [...]. A Amazônia realmente é nossa” (GULLINO; MAIA, 2020, n.p.).

Mais exatamente, tratou-se da recriação do Conselho formado em 1995, que, ao contrário desta nova versão, contava com a participação dos governadores da chamada “Amazônia Legal”. A não inclusão dos governadores foi questionada por personagens do debate como retirando a sua “efetividade” (SOUZA, 2020). Entre eles, o mais incisivo foi Flávio Dino (governador do Maranhão, ex-juiz, professor universitário e filiado ao PCdoB).

Depois do anúncio do novo formato do Conselho, na ocasião da Abertura Nacional da Colheita da Soja, o presidente da FP da Agropecuária se manifestou em apoio à ideia como alternativa à “inclusão social e econômica na região” (DECRETO, 2020, n.p.). Ele e o deputado federal Sérgio Souza (MDB-PR, vice-presidente na Câmara da frente)<sup>53</sup> reforçaram, novamente, a interpretação de que a questão seria de uma “guerra da comunicação” para transmitir a imagem positiva do setor em relação à Amazônia. Outros pronunciamentos, na ocasião, foram direcionados nesse sentido, realçando a necessidade de reabilitar a “imagem do agronegócio” e “de mostrar ao mundo que a produção brasileira é sustentável” (É PRECISO..., 2019, n.p.).

No dia seguinte ao decreto (12 de fevereiro), o presidente da República e a FP da Agropecuária selaram a parceria na sustentação do projeto de lei (PL 191/2020) visando regulamentar “a exploração de atividades econômicas”, como “mineração, garimpo, extração de petróleo e gás, geração de energia elétrica e agropecuária”, em “terras indígenas”. Portanto, a reunião teria sido a oportunidade de negociar a “pauta prioritária do setor agropecuário”, como as questões de “endividamento rural, questões indígenas e quilombolas, defesa sanitária, incentivo à pesquisa e inovação e assistência técnica e extensão rural”. Para o presidente da FP, os mecanismos jurídicos impediriam as “coisas absurdas” que estariam “acontecendo na Amazônia, como o cidadão que vende madeira de maneira legal é perseguido pelo ilegal para não permitir a legalização, porque senão acaba aquele bom negócio (...). Queremos legalizar, conhecer, proteger e preservar”. Moreira ainda reforçou a percepção de que as questões de “imagem e comunicação” do setor agropecuário são centrais, e que seria necessário “demonstrar claramente política pública que faça a regularização fundiária, preservação, que não permita o desmatamento ilegal, a mineração ilegal, a devastação, e precisamos demonstrar isso para o mundo e faremos com inteligência” (VERDÉLIO, 2020, n.p.).

---

<sup>53</sup> Deputado federal em segundo mandato. Foi senador entre 211 e 2014. Formado em direito com especialização na área, é sócio de um escritório de advocacia em Curitiba.

Dois dias depois de assinado o decreto, na página do *facebook* do FNPDA foi replicada a postagem do site do PT na Câmara (site oficial da liderança do PT) sobre a denúncia feita pelo ex-presidente da Funai, o indigenista Sydney Possuelo<sup>54</sup>, de que “na história da República, nenhum governo se mobilizou para destruir os povos indígenas – como é o caso de Bolsonaro. É uma situação extremamente perigosa, o Estado desmonta a Funai e todas as políticas indigenistas conquistadas em mais de 90 anos”. A imputação foi feita em “roda de conversa na Câmara dos Deputados”, com objetivo de “debater os ataques do governo Bolsonaro aos povos indígenas, especialmente os isolados”<sup>55</sup>.

O texto da publicação foi dividido em quatro itens com críticas ao governo e exaltação da reação dos opositoristas: “Bolsonaro, a ameaça”; “Reação da sociedade” (também do Congresso Nacional, com o pedido de devolução ao Executivo o Projeto de Lei 191/2020); “Florestas e chuvas” (ressaltando que Possuelo tem 80 anos de idade e que desde os 18 “lida com as populações indígenas”, portanto, teria autoridade para detectar o caráter “ameaçador” do agronegócio “às florestas e matas” onde essas populações vivem); e “Maldades de Bolsonaro” (aqui a fala destacada é do deputado Airton Faleiro que, referindo-se à PL 191, avalia que “o momento é hora de união de todos os povos das florestas para enfrentar o pacote de maldades que Bolsonaro tem despejado contra a região e seus moradores tradicionais”). Outro tópico questionado foi a nomeação de Ricardo Lopes Dias (formado em teologia, missionário e antropólogo, que atuou na Missão Novas Tribos do Brasil/MNTB) para a Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém Contatados da Funai, que teria por objetivo a evangelização de indígenas, desrespeitando suas tradições seculares.

Poucos dias depois, no site da FP Ambientalista, foi feita uma postagem expressando “preocupação com a falta de transparência na construção do projeto de lei que altera licenciamento ambiental” e divulgando uma atividade em Brasília “com a presença de parlamentares, autoridades e representantes de organizações da sociedade civil”. Nessa ocasião, o deputado federal Rodrigo Agostinho (PSB-SP)<sup>56</sup>

<sup>54</sup> “Atuando no campo indigenista há 42 anos, Possuelo participou do contato com sete grupos indígenas isolados na Amazônia e presidiu a Funai de 1991 e 1993. Ele é considerado um dos principais nomes do indigenismo no país. Foi exonerado do cargo na Funai durante o primeiro governo Lula, em 2006, após ter feito críticas ao então presidente da fundação” (VALENTE, 2019, n.p.).

<sup>55</sup> Participaram da atividade o então coordenador do FNPDA, deputado federal Airton Faleiro (PT-PA), a líder da Minoria, deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), o deputado federal e dirigente das Frentes Ambientalista. Na Defesa das Comunidades Quilombolas e dos Povos e Comunidades Tradicionais com Participação Popular Edmilson Rodrigues (PSol-PA), o sertanista e consultor para políticas de proteção a povos em situação de isolamento e recente contato, Antenor Vaz, o representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Paulino Montejo, e o secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Antônio Eduardo Oliveira.

<sup>56</sup> Antes de ser deputado federal, Rodrigo Agostinho foi vereador, secretário municipal de meio ambiente e prefeito de Bauri-SP. Ele é graduado e mestre na área de direito. Foi membro titular e presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na atual legislatura.

assumiu a coordenação da frente e a questão do licenciamento ambiental (PL nº 3.729) foi o assunto priorizado.

Em março de 2020, o *BdF* divulgou matéria informando que o “Brasil será alvo de denúncia na ONU por risco elevado de genocídio” dos “povos indígenas isolados”, pois o aumento do desmatamento seria de 113% em territórios nos quais eles habitam. São expostos dados oficiais do sistema PRODES do INPE<sup>57</sup>, retirados do relatório do Instituto Socioambiental (ISA) apresentado à Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) em sessão “com a presença do líder indígena Davi Kopenawa Yanomami, representante de uma das etnias mais ameaçadas”. No dia 10, em nome do FNPDA foi promovido o Seminário nacional sobre a socioeconomia nos Territórios de uso comum com “sessão solene em defesa das reservas extrativistas e em comemoração aos mais de 30 anos da primeira Resex do Brasil”, e com “lançamento da campanha em defesa dos territórios de uso comum”. A Nota Pública ‘Aliança dos Povos da Floresta Pela Vida’ expressou “preocupações e proposições para prevenção e assistência às populações da Amazônia frente ao Coronavírus”, com manifesto atestado por 116 instituições ligadas ao FNPDA. No documento, foram sistematizados quatro conjuntos de medidas emergenciais que o Poder Público Federal deveria encaminhar e dezenas de entidades de representação de extrativistas, indígenas, negros, quilombolas, trabalhadores rurais, agricultores, ambientalistas, mulheres, estudantes e outros segmentos assinam o documento.

No mesmo período, o Conselho Nacional da Amazônia Legal fez sua primeira reunião com a participação (videoconferência), da ministra Tereza Cristina (Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Em pronunciamento, ela disponibilizou seu ministério para colaborar com o “desenvolvimento social e produtivo dos pequenos produtores da Amazônia, especialmente com a regularização fundiária na região”, sobretudo no que diz respeito à “titulação das terras da Amazônia”. Frisando o quanto isso seria “fundamental para a imagem da agricultura brasileira. Temos que deixar de ser telhado para ser vitrine. Já somos vitrine, mas precisamos reverter a nossa imagem lá fora” (FRENTE...2020, n.p.).

O país já estava submetido à Pandemia quando em entrevista publicada no dia 20 de abril no *BdF*, Cristiane Mazetti – ativista, especialista em meio ambiente, responsável pela Campanha Amazônia do Greenpeace – atentou à possibilidade do Covid-19 funcionar como “cortina de fumaça” para encobrir o desmatamento. Não por acaso, em reunião ministerial ocorrida em 22 do mesmo mês, o ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, fala abertamente sobre como essas seriam condições propícias à efetivação das estratégias “governistas” para a Amazônia, como foi

---

<sup>57</sup> O Programa é voltado ao “monitoramento por satélite do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal e produz, desde 1988, as taxas anuais de desmatamento na região, que são usadas pelo governo brasileiro para o estabelecimento de políticas públicas. (INPE, 2021).

amplamente divulgado nos mais variados meios de comunicação. À época, ressoou na grande mídia algumas frases que proferiu no colóquio, como “enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas” e “agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação” (LEIA...2020, n.p.).

Estava terminando junho de 2020 quando as “instituições financeiras que gerenciam mais de US\$ 3,7 trilhões em ativos” assinaram uma carta encaminhada ao governo, demandando a necessidade de “frear o desmatamento na Amazônia, sob risco de alimentar ‘uma incerteza generalizada sobre as condições para investir ou fornecer serviços financeiros ao Brasil’” (MEIO AMBIENTE..., 2020, n.p.).

O *Canal Rural* destacou trechos da carta, na qual os 30 bancos internacionais de investidores afirmam que: “Como instituições financeiras, que têm o dever fiduciário de agir no melhor interesse de longo prazo de nossos beneficiários, reconhecemos o papel crucial que as florestas tropicais desempenham no combate às mudanças climáticas, protegendo a biodiversidade e assegurando serviços ecossistêmicos” (MEIO AMBIENTE..., 2020, n.p.). Declaram ser “provável que os títulos soberanos brasileiros sejam considerados de alto risco se o desmatamento continuar” enfatizando que estão “preocupados com o fato de as empresas expostas a desmatamento potencial em suas operações e cadeias de suprimentos no Brasil enfrentarem uma dificuldade crescente de acessar os mercados internacionais”. A reportagem também informa que a “reposta do Brasil” seria no sentido de “demonstrar que não estaria parado no combate ao desmatamento e que tem agido para conter a derrubada da floresta” e da pretensão, segundo o presidente, de dar “prosseguimento ao diálogo com diferentes interlocutores para desfazer opiniões distorcidas sobre o Brasil e expor as ações que temos tomado em favor da proteção da floresta amazônica e do bem-estar das populações indígenas.” (MEIO AMBIENTE..., 2020, n.p.).

Não fortuitamente, observamos um relativo abrandamento na publicação, ao menos no *Canal Rural*, de versões “governistas” compenetradas em difundir que a recepção negativa das intervenções do governo nas queimadas e no desmatamento na Amazônia, bem como direcionadas ao setor agropecuário, seriam consequências de distorções de imagem, equívocos de comunicação, imprecisões jurídicas e alcance de discursos ideológicos unilaterais.

Principalmente no início de julho, ficou clara a incrementação de notícias positivando ações do governo em relação à Amazônia, a partir de um catálogo de problemáticas até então apresentadas como entraves, entretanto, sem deixar de registrar a emergência de controvérsias do “setor” em relação às iniciativas governamentais. Assim, não há apenas variação em termos de volume, mas igualmente nota-se um deslocamento de ênfase. Nas publicações do mês de agosto

de 2019, por exemplo, explicitaram uma lógica beligerante de criminalização das ONGs e de lideranças na atribuição dos incêndios a ações ilegais, de condenação de interesses e concorrências estrangeiros, de desqualificação de dados, de mudanças de pessoal, de intervenções militares, etc. – sendo esses praticamente os mesmos motes, com sinal invertido, dos repertórios de protestos ativados no polo oposto.

O *Canal Rural*, quase um ano depois, segue as defesas do setor agropecuário, da regularização fundiária e da lapidação da “imagem”, todavia, agora mais densamente associadas a manifestações de compromissos e alianças como o empenho no “desmatamento ilegal zero”: na abertura de vagas de empregos para “reflorestamento e desenvolvimento da piscicultura local”; na produção de “cartilha” explicando o “processo de regularização fundiária na Amazônia”; nas negociações com investidores; nos projetos de cooperação internacional; no uso de estudos, imagens de satélites, notas técnicas (inclusive do INPE); e pressões de atores a princípio endógenos ao mesmo polo.

Somente em dois dias (09 e 10 de julho/2020) foram divulgadas, pelo menos, nove matérias noticiando: a “reunião virtual” do vice-presidente da República com “representantes de fundos de investimentos estrangeiros”, para “ampliar diálogo com investidores sobre Amazônia” e reafirmar “compromisso em combater o desmatamento ilegal e promover atividades econômicas sustentáveis na região” (MOURÃO..., 2020, n.p.); a redução das queimadas na Amazônia, mobilizando “análise de dados do Inpe neste ano” (NÚMERO..., 2020, n.p.); a criação de um sistema, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), para “analisar automaticamente, por meio de geoprocessamento” os casos de ocupação de propriedades na região (CUENCA, 2020c, n.p.); a reunião do vice-presidente “com empresários brasileiros”, que enviaram “carta ao governo demonstrando preocupação com a imagem negativa do Brasil no exterior em relação à pauta ambiental” (CUENCA, 2020b, n.p.); a proposta de um projeto de cooperação entre o Brasil e a União Europeia para a “criação de um sistema de monitoramento informatizado para acompanhar a regularização fundiária”, aprimorando “a coleta e síntese de dados que permitam aos gestores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) mensurar os resultados e direcionar a política de regularização fundiária na Amazônia Legal” (AMAZÔNIA..., 2020b, n.p.), entre outras.

Na sequência, está em destaque o encontro (que aconteceu no dia 13) de 29 fundos de investimentos estrangeiros, que solicitaram a atividade para debater “preservação ambiental”. A ministra Tereza Cristina teria aproveitado a oportunidade para defender “a aprovação do projeto de lei da regularização fundiária como uma das formas de controle e mapeamento da região amazônica” e o deputado e líder da Frente Parlamentar Ambientalista, Rodrigo Agostinho, teria sido convidado a participar (CUENCA, 2020a). E a divulgação da “carta pública a favor da preservação ambiental e responsabilidade social” encaminhada ao governo

por “ex-presidentes do Banco Central e ex-ministros da Fazenda”, intitulada de “Uma Convergência Necessária: por uma economia de baixo carbono”, na qual destacam “que a atual pandemia da Covid-19 evidenciou a importância de tornar economias globais interligadas mais resilientes a choques com impacto sistemático”, e que “superar a crise exige convergirmos em torno de uma agenda que nos possibilite retomar as atividades econômicas, endereçar os problemas sociais e, simultaneamente, construir uma economia mais resiliente ao lidar com os riscos climáticos e suas implicações para o Brasil” (AMAZÔNIA, 2020a, n.p.).

No mesmo período, as matérias do *BdF* foram um pouco menos numerosas e mais espaçadas. Em 02 e 17 e 23 de julho, a repórter Catarina Barbosa<sup>58</sup> assinou, respectivamente, os textos “Quem são os desmatadores da Amazônia?” e “Rede de sementes do Xingu é premiada por iniciativa agroecológica”. No primeiro, ela enfatiza os esclarecimentos da procuradora da República, Ana Carolina Bragança, sobre a ação da AGU “no sentido de autuações por meio de multas, bloqueios de bens e procedimentos instituídos pela própria AGU”, visando o “combate ao desmatamento na Amazônia” (BARBOSA, 2020b, n.p.); e aborda como os “povos dos rios e das florestas”, isto é, povos indígenas, comunidades tradicionais e ribeirinhas, estariam enfrentando um “ataque sem igual na gestão Bolsonaro”, “para defender a floresta e seus modos de vida da implantação de grandes empreendimentos e do avanço do agronegócio” (BARBOSA, 2020b, n.p.). No segundo artigo, a repórter apresenta o projeto que “recuperou quase 7 mil hectares de áreas degradadas do Xingu, Araguaia e regiões do Cerrado e Amazônia” (BARBOSA, 2020a, n.p.).

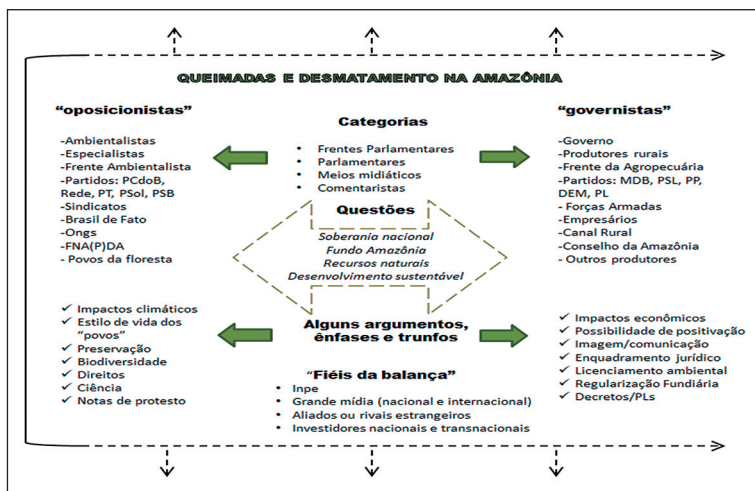
A matéria tratando do desflorestamento da Amazônia e a piora da “imagem” do Brasil no exterior, de Lara Lacerda (2020, n.p.), foi publicada em português e espanhol nos dias 10 e 13<sup>59</sup>. Rodrigo Chagas (2020, n.p.) assinou a reportagem do dia 17 sobre “a luta para conservar a natureza viva e levar trabalho para famílias ribeirinhas”, relatada pelo presidente da Cooperativa Agroextrativista Mapiá e Médio Purus (Cooperar), “enquanto o ciclo do desmatamento e do grande agronegócio se fortalece”. No dia 23, foi divulgado que a discussão do programa Bem Viver seria relacionada à pesquisa com dados de um estudo que demonstra a “relação da soja e desmatamento nos últimos 10 anos”, por meio do cruzamento de “dados de uso e cobertura da terra obtidos pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR), o

<sup>58</sup> É “correspondente do Brasil de Fato na região Norte. Seu foco é cobrir a Amazônia, tanto a parte ambiental (desmatamento e poluição), quanto conflitos de terras e violações de direitos humanos. Pelo Brasil de Fato foi a única repórter do Brasil a entrar no Centro de Recuperação de Altamira, no Pará, após o massacre. Recentemente publicou uma série de reportagens denunciando as violações vividas pelos índios Warao, entre elas, as péssimas condições do abrigo de responsabilidade da prefeitura de Belém”. Disponível em: <https://br.linkedin.com/in/catarinabarbosabr>. Acesso em: 28 ago. 2020.

<sup>59</sup> Site em espanhol. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/13/deforestacion-crece-en-amazonia-y-empeora-imagen-de-brasil-en-mercado-internacional>. Acessado em: 28 ago. 2020.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o projeto MapBiomass – Ibama” (CARVALHO, 2020).

Figura 1: Síntese simplificada da configuração examinada.



Fonte: Elaboração própria com base em dados pesquisados

## Considerações finais: ambivalências e paradoxos em uma contenda

A edificação de determinadas “causas” depende da representatividade das organizações e da legitimidade dos porta-vozes que “falam” em seu nome. Seus contornos estão constantemente em disputa, assim como a sua existência objetiva é caudatária da visibilidade de “grupos” e da associação a certos significados e “interesses”. Na dinâmica aqui examinada, redes de FPs, veículos midiáticos, organizações não governamentais, segmentos empresariais, institutos de pesquisas, entidades religiosas, sindicais e estudantis, entre outras, alinharam-se sob os efeitos da balança de poder eleitoral no país, incrementando, radicalizando e reverberando debates que já ocorriam anteriormente, notadamente sobre o denominado “Novo Código Florestal. Esses debates, todavia, encontravam-se restritos aos domínios mais formais e institucionalizados do espaço do poder, como os fóruns constituídos no Congresso Nacional com vistas à regulamentação e alteração do conteúdo da legislação de questões atinentes à mineração, aos povos indígenas, ao plantio da cana-de-açúcar, à regularização fundiária rural, aos conhecimentos tradicionais, ao



desmatamento, dentre outros<sup>60</sup>. Aqui, os protagonistas desferiram suas jogadas em um contexto caracterizado como particularmente “crítico”, logo, perpassado: por justaposições de lógicas e princípios, a um só golpe políticos, econômicos, militantes, midiáticos, culturais e morais; por táticas com frágil grau de previsibilidade, haja vista a precarização das referências de ação e as incertezas com relação à rentabilidade dos recursos e trunfos detidos, dificultando cálculos e planejamentos; e assim por diante.

Os enfrentamentos discursivos e simbólicos, assim como a caracterização de agentes (individuais e coletivos), que, entre tantos, participam da configuração de luta tracejada, poderia nos conduzir à mera identificação de antagonismos – de classe, ideológicos, partidários e geopolíticos –, que teriam se exacerbado pelas circunstâncias aparentemente “instáveis” ou não rotineiras. Ocorre que o mapeamento do cenário, o perfilamento dos envolvidos e alguns desdobramentos dos contenciosos (que transcorreram entre novembro de 2018 e agosto de 2020), trouxeram à tona um repertório de questões legitimado nas últimas décadas, compartilhado por vários segmentos vida social (econômicos, culturais, jornalísticos, parlamentares e governamentais). Essas questões são difundidas/assimiladas por múltiplos meios, mobilizadas por forças políticas discrepantes (partidos situados em diferentes posições partidárias e outras formas de organizações mais ou menos formais), e objeto de proselitismo de agentes que transitam por distintos planos (internacional, nacional, regional e local).

Não é exagerado, pois, fazer alusão à constituição e à reprodução de uma relação dóxica com a “questão da Amazônia” e, por conseguinte, da existência de um consenso em torno de princípios de visão que autorizam percepções e tomadas de posição, mesmo que contrastantes e concorrenciais. O quadro é desestabilizado apenas quando a crítica herética provoca a reação ortodoxa (BOURDIEU, 1996b). Essa matriz corresponderia ao nosso senso comum intelectual se os ortodoxos fossem os dominantes no terreno político (sobretudo eleitoral), econômico e cultural (aí incluídos os meios de comunicação), e os heréticos (ou heterodoxos) fossem os dominados (e os intelectuais bem-intencionados) legitimamente dispostos a contestar suas posições e valores.

No entanto, as polêmicas se radicalizam com a ascensão de um novo perfil de dirigentes políticos: muitos *outsiders* no meio político-partidário; menos escolarizados; alguns com origens distantes das elites sociais e culturais, muitas vezes hostis ao mundo acadêmico; pouco sintonizados com as formas de militância com escopo transnacional, ligados a empreendimentos econômicos rurais; etc. Vários deles se alinharam a segmentos empresariais e lideranças situadas à direita do espectro ideológico (alocados no governo federal e na sua base parlamentar no Congresso

---

<sup>60</sup> Debates bem documentados por Almeida e Sprandel (2014).

Nacional) no sentido de plasmar o discurso de caráter fortemente heterodoxo em termos ambientais acerca das queimadas na Amazônia. Do outro lado, porta-vozes dos chamados movimentos sociais, dirigentes de categorias profissionais (situadas mais abaixo na hierarquia social), representantes de “minorias” (étnicas, raciais, de gênero) e filiados a partidos de esquerda (que fazem oposição ao atual presidente), irmanaram-se na defesa da conservação da “gramática ambientalista”.

Todavia, observamos que paulatinamente e à medida que a contenda transcorre, em nome de benefícios econômicos (setoriais e nacionais) e sob o manto da defesa da soberania nacional, “governistas heréticos” são confrontados, principalmente, por grandes empreendimentos de comunicação e por financiadores internacionais, que se transformaram em adversários mais ou menos imprevistos. Assim, pressionados a deslocarem suas ênfases e comprovarem o ajustamento das suas práticas, aparecem submetidos às injunções da nova ordem transnacional e suas normatividades relacionadas às modalidades legítimas de preservação do meio ambiente.

A “resistência”, como sabemos, seria de setores historicamente vinculados a tendências ideológicas motivadas por “missões” de transformação social e política e por sentidos de combate aos dominantes, de um modo geral, e pela ativação de determinadas modalidades de ação coletiva. Apesar da restrição às formas de mobilização consagradas, por conta da conjuntura crítica também em sentido sanitário, o uníssonio sobre os ganhos universais ou pontuais de tudo aquilo que implica a defesa da Amazônia foi adensado e vigorado justamente pela consonância insólita com vozes de setores a princípio adversários (a grande mídia, lideranças de potências mundiais, investidores transnacionais, formadores de opinião e analistas espalhados em diferentes localizações do globo, governadores e produtores, etc.). Todos, de múltiplas formas e distintos interesses, inscrevem-se no acordo *dóxico*, que aciona – às vezes de forma paradoxal às disposições e “bandeiras” específicas –, discursos de “bom senso” e da “ciência objetiva” como trunfo eficiente.

O que permite compreender, por exemplo, as ambivalências na forma como os agentes lidam com as interferências de forças exógenas – ou como as alianças e rivalidades internas são produto e produtoras de posturas e relações benfazejas ou hostis em relação a protagonistas externos –, que se reflete na elasticidade que a categoria “soberania” assume quando reivindicam salvaguardá-la. Do mesmo modo, possibilita pensar como é possível que os envolvidos compartilhem a convicção na solução “sustentável” ou no caráter nefasto das “queimadas” descontroladas, quando divergem quanto à sua forma, função, operacionalização, regulamentação, etc. Provavelmente, isso esteja relacionado às reconfigurações, que ocorreram desde a segunda metade do século XX. De um lado, a afirmação da economia como disciplina e linguagem do poder, em consonância com a redefinição dos sentidos e das práticas econômicas; de outro lado, a intensificação dos protestos internacionais em torno da “causa ambiental”, com as interrogações sobre os possíveis impactos

climáticos mundiais e ameaças aos modos de vida “tradicionais” dos “povos da floresta”. Os processos concomitantes de transnacionalização das dimensões econômicas e ambientais ocorreram hibridizando perfis de agentes, modalidades de intervenção, princípios institucionais e problemáticas legítimas. Redundando na formação de porta-vozes interpelados a intervir no debate ambiental a partir de uma nova ortodoxia do desenvolvimento, agora dito “sustentável” (ZHOURI, 2006; BUCLET, 2009).

Por fim, a reflexão aponta para as ambiguidades e regularidades que brotam das articulações pouco previsíveis, nos dois polos da disputa, entre interesses econômicos nacionais e apoios internacionais; e para conservação de riquezas e tradições autóctones a partir da ativação de registros exógenos, fundadas em concepções de mudanças, por exemplo. Mas, sobretudo, para atentar como determinadas “causas” podem ganhar ou perder força no espaço público de acordo com combinações, nem sempre óbvias, de problemáticas legitimadas, pactos móveis e cadeias de interdependências extensas e não-controladas pelos jogadores, notadamente em situações “críticas”.

**GREATNESSES AND MISFORTUNES OF THE AMAZON RAINFOREST:  
THE CONSTRUCTION OF PURPOSES AND THE REPRESENTATION  
OF INTERESTS IN THE LATEST POLITICAL DEBATES**

**ABSTRACT:** *At the Brazilian recent public scenario, besides the complexity of matters and the spread of spokespeople engaged in defending the Amazon rainforest both in transnational and national spheres, the outlining of a series of controversies about reasons, responsibility and ways to fight against ongoing wildfires and deforestation in the ‘region’ was merged. Taking for examination the items of news published on digital media (among other materials) it is possible to perceive emplacement and position taking from collective and individual agents, having placed themselves on opposite and unset (ambivalent at times) sides of the conflicts/debates triggered since 2018 presidential election. We mainly considered the actions of leaders from parliamentary fronts and interest groups, observing discourses, assets and register categories, competing or relationally called on in order to intervene and define the foundations of a cause or legitimate problematic. Thus, it is aimed to unveil intervener principles in the alignments which have marked the feud in a context thought to be ‘critical’.*

**KEYWORDS:** *Political sociology. Controversies. Representation of Interests. Battles for Meaning. The Amazon rainforest.*

**GRANDEZAS Y DESVENTURAS DE LA AMAZONIA:  
CONSTRUCCIÓN DE SIGNIFICADOS Y REPRESENTACIÓN  
DE INTERESES EN EL DEBATE POLÍTICO RECIENTE**

**RESUMEN:** *En el reciente escenario público brasileño, la complejización de los temas y la proliferación de portavoces llamados a defender la Amazonia, a nivel transnacional y nacional, se han combinado con la delineación de una configuración de controversias sobre las razones, los responsables y las formas de combatir los incendios forestales en la “región”. Tomando para el examen, en particular, los artículos publicados en los medios de prensa digital (entre otros materiales), nos apoderamos de las posiciones y los posicionamientos de los agentes (individuales y colectivos), que se colocaron en polos opuestos y no fijos (eventualmente, incluso ambivalentes) en los debates/enfrentamientos que han estallado desde las elecciones presidenciales de 2018. Principalmente, consideramos las acciones de los líderes inscritos en los frentes parlamentarios y grupos de interés, prestando atención a los discursos, triunfos y modalidades de inscripción, activados relacional y competitivamente, para intervenir y definir las bases de construcción de una causa o problema legítimo. De este modo, pretendemos señalar los principios que intervienen en las alineaciones que marcaron la disputa en un contexto considerado “crítico”.*

**PALABRAS CLAVE:** *Sociología política. Controversias. Representación de intereses. Disputas por los significados. Amazonía.*

## REFERÊNCIAS

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio. História. Disponível em: <https://abag.com.br/institucional-abag-historia/>. Acesso em: 29 abr. 2021.

AGRONEGÓCIO e sociedade civil lançam campanha em defesa da Amazônia. **AGROemDIA**. 05/09/2019. Disponível em: <https://agroemdia.com.br/2019/09/05/agronegocio-e-sociedade-civil-lancam-campanha-em-defesa-da-amazonia/>. Acesso em: 29 abr. 2021.

AJUDA internacional é importante, mas temos que assegurar a soberania brasileira. **Canal Rural**. 27/08/2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/rural-noticias/ajuda-internacional-e-importante-mas-temos-que-assegurar-a-soberania-brasileira/>. Acesso em: 29 abr. 2019.

ALMEIDA, A. W. B. **A ideologia da decadência**. Leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão. Rio de Janeiro: Editora Casa8, 2008.

ALMEIDA, A. W. B.; SPRANDEL, M.A. **O Congresso Nacional e o desmatamento na Amazônia**. Manaus: UEA Edições, 2014.

AMAZÔNIA: 17 ex-representantes do governo defendem desmatamento zero. **Canal Rural**. 15/07/2020a. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/mercado-e-cia/amazonia-17-ex-representantes-do-governo-defendem-desmatamento-zero/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

AMAZÔNIA: cooperação internacional apoia sistema para regularização fundiária. **Canal Rural**. 10/07/2020b. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/amazonia-cooperacao-internacional-apoia-sistema-para-regularizacao-fundiaria/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

AMORIM, B. Desmatamento ilegal: FPA apresenta projeto para tornar penas mais severas. **Canal Rural**. 01/09/2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/direto-ao-ponto/desmatamento-ilegal-fpa-apresenta-projeto-para-tornar-penas-mais-severas/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

ARAÚJO, S. M. V. G. de. Environmental Policy in the Bolsonaro Government: The Response of Environmentalists in the Legislative Arena. **Brazilian Political Science Review**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p.1-20, 2020.

BARBOSA, C. Rede de sementes do Xingu é premiada por iniciativa agroecológica. **Brasil de Fato**. 23/07/2020a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/23/rede-de-sementes-do-xingu-e-premiada-por-iniciativa-agroecologica>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BARBOSA, C. Quem são os desmatadores da Amazônia? **Brasil de Fato**. 02/07/2020b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/02/quem-sao-os-desmatadores-da-amazonia>. Acesso em: 07 ago. 2020.

BERTOLACINI, F.; FLORENCINO, J. Ricardo Salles anuncia pagamento por serviços ambientais na Amazônia. **Canal Rural**. 20/11/2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/pagamento-servicos-ambientais-amazonia/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BOLSONARO anuncia ex-secretário de São Paulo para Ministério do Meio Ambiente. **G1 Notícias**. 09/12/2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/bolsonaro-anuncia-ex-secretario-de-sao-paulo-para-ministerio-do-meio-ambiente-23292901.html>. Acesso em: 21 abr. 2020.

BOLSONARO: ‘Queimadas na Amazônia podem ser ação criminosa de ONGs’. **Canal Rural**. 21/08/2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/bolsonaro-aumento-de-queimadas-na-amazonia-pode-ser-acao-criminosa/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

- BOURDIEU, P. **Sociologie générale**. V1. Paris: Raisons d’agir, 2015.
- BOURDIEU, P. A delegação e o fetichismo político. *In*: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, p.188-206, 2004.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. SP: EDUSP, 1996a.
- BOURDIEU, P. O ponto de vista do autor: algumas propriedades gerais dos campos de produção cultural. *In*: BOURDIEU, P. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das letras, 1996b, p.243-318.
- BOURDIEU, P. Le mort saisi le vif. As relações entre a história reificada e a história incorporada. *In*: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989, p.75-106.
- BOURDIEU, P.; CHRISTIN, R. La construction du marché. Le champ administratif et la production de la ‘politique du logement’. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 81-82, p.65-85, 1990.
- BRASIL DE FATO. Quem Somos. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/quem-somos>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- BUCLET, B. Os peritos não governamentais da biodiversidade amazônica e seus financiadores Internacionais: uma parceria desigual em torno de interesses comuns. **REPOCS-Revista Pós-Ciências Sociais**, São Luís, MA, v. 6, n. 12, p.89-114, 2009.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Palácio do Congresso Nacional. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- CARTA POLÍTICA. IV Encontro Regional de Agroecologia da Amazônia IV ERAA, Abaetetuba (PA), 09 de novembro de 2018. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2018/11/carta-IV-ERA-FINAL.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- CARVALHO, M. Programa Bem Viver traz estudo da relação da soja e desmatamento nos últimos 10 anos. **Brasil de Fato**. 23/07/2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/23/programa-bem-viver-traz-estudo-da-relacao-da-soja-e-desmatamento-nos-ultimos-10-anos>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- CASCIONE, S.; ARAÚJO, S. M. V. G. de. Obstáculos para protagonismo das frentes parlamentares em coalizões presidenciais no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 27, n. 72, p.1-23, 2019.
- CHAGAS, R. A gente só vive porque a floresta está em pé, diz líder extrativista da Amazônia. **Brasil de Fato**. 17/07/2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/17/a-gente-so-vive-porque-a-floresta-esta-em-pe-diz-lider-extrativista-da-amazonia>. Acesso em: 28 ago. 2020.

CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião**: o novo jogo político. Petrópolis: Vozes, 1998.

COLLOVALD, Annie. Identité(s) stratégiq(ue)s. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, v. 73, p.29-40, 1988.

CORADINI, O. L. Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p.241-256, 2010.

CUENCA, P. Fundos de investimento vão debater preservação ambiental com parlamentares. **Canal Rural**. 13/07/2020a. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/rural-noticias/fundos-de-investimento-vao-debater-preservacao-ambiental-com-parlamentares>. Acesso em: 27 abr. 2021.

CUENCA, P. Mourão se reúne com empresários brasileiros que pedem ações na Amazônia. **Canal Rural**. 10/07/2020b. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/mercado-e-cia/mourao-reuniao-empresarios-amazonia/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

CUENCA, P. CAR: sistema de georreferenciamento promete acelerar avaliações. **Canal Rural**. 10/07/2020c. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/mercado-e-cia/car-sistema-georreferenciamento/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

DECRETO para Conselho da Amazônia deve sair na próxima semana, diz Mourão. **Exame**. 04/04/2020. Disponível em: <https://exame.com.br/brasil/decreto-para-conselho-da-amazonia-deve-sair-na-proxima-semana-diz-mourao/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

DOBRY, M. **Sociologie des crises politiques**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1986.

DOLCE, J. Amazônia está próxima de atingir percentual irreversível de desmatamento. **Brasil de Fato**. 06/11/2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/06/amazonia-esta-proxima-de-atingir-nivel-irreversivel-de-desmatamento>. Acesso em: 10 abr. 2020.

É PRECISO mostrar que nem todo desmatamento na Amazônia é ilegal. **Canal Rural**. 20/08/2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/rural-noticias/e-preciso-mostrar-que-nem-todo-desmatamento-na-amazonia-e-ilegal/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2000.

ELIAS, N. Questões de envolvimento e alienação. In: ELIAS, N. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p.105-162.

FAVRE, P. (Org.). **La manifestation**. Paris: Presses de la FNSP, 1990.

FORÇAS Armadas vão atuar na Amazônia legal. **Governo do Brasil**. 30/08/2019. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/meio-ambiente-e-clima/2019/08/forcas-armadas-va-atuar-na-amazonia-legal>. Acesso em: 14 abr. 2020.

FÓRUM Nacional Permanente em Defesa da Amazônia. **Facebook**. 10/12/2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/forumamazonia/posts/138713207548508>. Acesso em: 02 jul. 2020.

FPA. Frente Ampla Parlamentar. 2020. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/>. Acesso em: 25 abr. 2020.

FRENTE Ambientalista em 2020. Disponível em: <https://www.frenteambientalista.com/>. Acesso em 25 abr. 2020.

FUNDAÇÃO Heinrich Böll. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/fundacao>. Acesso em: 23 ago. 2020.

FUNDO DEMA. 2021. Disponível em: <http://www.fundodema.org.br/conteudos/quem-somos/1423/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

GAXIE, D. **La démocratie représentative**. Paris: Montchrestien, 1993.

GIRARDI, G. Bolsonaro acusa Inpe de divulgar dados mentirosos sobre desmatamento. Estadão, 19 de julho de 201. Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-acusa-inpe-de-divulgar-dados-mentirosos-sobre-desmatamento,70002929326>. Acesso em: 29 abr. 2021.

GOUVEIA, M. Frente Parlamentar da Agropecuária: Fundo Amazônia. **Coagro: Revista do AgroNegócio**. 07 de agosto de 2019. Disponível em: <https://ceoagro.com.br/frente-parlamentar-da-agropecuaria-fundo-amazonia/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

GOVERNO fará raio-x da Amazônia para acabar com o desmatamento. 21/11/2019. **Canal Rural**. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/rural-noticias/governo-fara-raio-x-da-amazonia-para-acabar-com-o-desmatamento/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

GRILL, I. G. Bases sociais, representações e usos de espólios simbólicos em ‘famílias de políticos’. **REPOCS – Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 17, n. 33, p.125-162, 2020.

GRILL, I. G.; REIS, E. T. Representações e usos da Amazônia: o trabalho intelectual e política de definição da região por parlamentares brasileiros. **Texto de discussão**. São Luís, UFMA, p.1-30, 2020.

GRILL, I.G.; REIS, E. T. dos. **Elites políticas e a dupla arte de representar**: intersecções entre política e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2016.



GRÜN, R. **Da pizza ao impeachment**: uma sociologia dos escândalos no Brasil contemporâneo. São Paulo: Alameda, 2018.

GRYNSZPAN, M. Origens e conexões norte-americanas do agribusiness no Brasil. **REPOCS – Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 9, n. 17, p.123-148, 2012.

GULLINO, D.; MAIA, G. Bolsonaro diz que governo irá dar a devida resposta a críticas sobre a Amazônia. **O Globo**. 11/10/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-diz-que-governo-ira-dar-devida-resposta-criticas-sobre-amazonia-1-24243000>. Acesso em: 27 abr. 2021.

HISTÓRIA: a origem do INPE na corrida espacial. 2017. **INPE**. Disponível em: [http://www.inpe.br/institucional/sobre\\_inpe/historia.php](http://www.inpe.br/institucional/sobre_inpe/historia.php). Acesso em: 19 abr. 2020.

INPE – Observação da Terra. Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em: 30 abr. 2021.

INTERESSES econômicos estão por trás de temas ambientais. **Canal Rural**. 02/08/2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/mercado-e-cia/revista-the-economist-critica-politica-adotada-por-bolsonaro-sobre-amazonia/>. Acesso em: 05 abr. 2020.

IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Nosso Propósito. Disponível em: <https://ipam.org.br/sobre-o-ipam/>. Acesso em: 29 abr. 2021

LACERDA, N. Desmatamento na Amazônia cresce e piora imagem do Brasil no mercado internacional. **Brasil de Fato**. 14/07/2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/10/desmatamento-na-amazonia-cresce-e-piora-imagem-do-brasil-no-mercado-internacional>. Acesso em: 28 ago. 2020.

LEIA a íntegra da reunião ministerial de 22 de abril. **Notícias UOL**. 22/05/2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/22/confira-a-integra-da-degravacao-da-reuniao-ministerial-de-22-de-abril.htm>. Acesso em: 05 ago. 2020.

LEITE LOPES, J. S. *et. al.* (Orgs.). **A Ambientalização dos Conflitos Sociais**: Participação e Controle Público da Poluição Industrial. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

LIMA, M. S. A Elite Ruralista no Parlamento: características principais da bancada que representa a classe proprietária. **Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Goiânia, v. 38, n. 2, p.58-72, 2018.

MACÁRIO, L; VITAL, A. Frente parlamentar vai propor soluções para o desenvolvimento da região amazônica. **Câmara dos Deputados**. 15/05/2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/557587-frente-parlamentar-vai-propor-solucoes-para-desenvolvimento-da-regiao-amazonica/>. Acesso em: 14 abr.2020.

MAFRA, E. ‘The Economist’ aponta risco à Amazônia e pede reação mundial a Bolsonaro. **Revista Veja**. 01/08/2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/the-economist-aponta-risco-a-amazonia-e-pede-reacao-mundial-a-bolsonaro/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

MAIA: Ameaça europeia é ‘desculpa’ para que o acordo Mercosul-UE não avance. **Canal Rural**. 23/08/2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/ameaca-europeia-desculpa-acordo-mercosul-ue-nao-avance/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MARQUES, G. Congresso lança Fórum Mundial em defesa da Amazônia e pressiona pela demissão de Salles. **Revista Forum**. 28/08/2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/blogs/blogdodgeorge/congresso-lanca-forum-nacional-em-defesa-da-amazonia-e-pressiona-pela-demissao-de-salles/>. Acesso em: 01 abr. 2020.

MCADAM, D.; TARROW, S. Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p.18-51, 2011.

MEIO AMBIENTE: Bolsonaro fará carta em resposta a investidores estrangeiros. **Canal Rural**. 03/07/2020. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/bolsonaro-carta-investidores-estrangeiros-meio-ambiente/>. Acesso em: 04 jul. 2020.

MELO, P. Diretor do INPE nega acusações de Bolsonaro, reafirma dados sobre desmatamento e diz que não deixará cargo. 20/07/2019. **G1 Vale do Paraíba e Região**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2019/07/20/diretor-do-inpe-nega-acusacoes-de-bolsonaro-reafirma-dados-sobre-desmatamento-e-diz-que-nao-deixara-cargo.ghtml>. Acesso em: 22 abr. 2020.

MOREIRA, I. C. Conselho da SBPC lança manifesto em defesa do INPE. **Jornal da Ciência**. 25/07/2019. Disponível em: <http://archive.is/lw3U6>. Acesso em: 22 abr. 2020.

MOURÃO: Vamos ampliar diálogo com os investidores sobre a Amazônia. **Canal Rural**. 09/07/2020. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agronegocio/mourao-vamos-ampliar-dialogo-com-investidores-sobre-amazonia/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

MUGNATTO, S. Frente parlamentar quer dar mais atenção à sustentabilidade e ao licenciamento ambiental. **Amazônia Notícia e Informações**. 28/02/2019. Disponível em: <https://amazonia.org.br/2019/02/frente-parlamentar-quer-dar-mais-atencao-a-sustentabilidade-e-ao-licenciamento-ambiental/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

NOSSAS RAÍZES. **IMAFLORA**. Disponível em: <https://www.imaflora.org/quem-somos/sobre-nos>. Acesso em: 04 ago. 2020.

NOTA DE CRIAÇÃO DO FÓRUM NACIONAL AMPLO EM DEFESA DA AMAZÔNIA. 28/08/2019. Disponível em: <http://www.ascemanacional.org.br/wp-content/uploads/2019/09/>

*Grandezas e desventuras da Amazônia: construção de sentidos  
e representação de interesses no debate político recente*

NOTA-DE-CRIAÇÃO%87%83O-DO-F%93RUM-NACIONAL-AMPLO-EM-DEFESA-DA-AMAZ%94NIA.pdf. Acesso em: 29 abr. 2021.

NÚMERO de queimadas na Amazônia está 23,2% menor do que em 2019. **Canal Rural**. 09/07/2020. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/mercado-e-cia/queimadas-amazonia-menor-2019>. Acesso em: 27 ago. 2020.

OFFERLÉ, M. **Sociologie des groupes d'intérêt**. Paris: Montchrestein, 1998.

OLIVEIRA, T. M. S. Bolsonaro e o bolsonarismo colocam fogo na Amazônia. **Brasil de Fato**. 28/08/2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/28/bolsonaro-e-o-bolsonarismo-colocam-fogo-na-amazonia>. Acesso em: 15 abr. 2020.

PALMEIRA, M. **Latifundium et capitalisme au Brésil**: lecture critique d'un débat. Paris, 170p. Tese de 3º ciclo apresentada à Faculté des Lettres et Sciences Humaines de L'Université de Paris, 1971.

PEREIRA, M. M. Ativismo institucional no poder legislativo: confrontos políticos, assessores, ativistas e frentes parlamentares. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 31, p.301-338, 2020.

PIZZORNO, A. Sur la rationalité du choix démocratique. In: BIRNBAUM, P.; LECA, J. (Orgs.). **Sur l'individualisme**. Paris: FNSP, p.330-369, 1986.

PRESIDENTE da França atinge imagem do Brasil ao falar sobre a Amazônia, diz ministra. **Canal Rural**. 26/08/2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/presidente-da-franca-atinge-imagem-do-brasil-ao-falar-sobre-amazonia-diz-ministra/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

PRESIDENTE REÚNE governadores da Amazônia Legal para discutir combates a queimadas. **Planalto**. 28/08/2019. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2019/08/presidente-reune-governadores-da-amazonia-legal-para-discutir-combate-a-queimadas#:~:text=O%20presidente%20da%20Rep%C3%ABlica%2C%20Jair,combate%20%C3%A0s%20queimadas%20na%20regi%C3%A3o>. Acesso em: 28 abr. 2021.

REIS, E. T. dos. 'Confissões políticas' de mulheres parlamentares. **REPOCS – Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 17, n. 34, p.189-214, 2020.

REIS, E. T. dos. **Trajatórias, espaços e repertórios de intervenção política**. São Luís/Porto Alegre: EDUFMA/Zouk, 2015.

REIS, E. T. dos; GRILL, I. G. Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 29, n. 3, p.137-159, 2017a.

REIS, E. T. dos; GRILL, I. G. Fundações partidárias e processos de politização no Brasil. **Política e Sociedade**. Florianópolis, v. 16, n. 37, p.143-190, 2017b.

RODRIGUES, S. Ruralistas criam Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia. **O Eco**. 20/05/2019. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/ruralistas-criam-frente-parlamentar-em-defesa-da-amazonia/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

SAFRAS. ‘Não se apaga fogo xingando o Macron’, diz presidente da FPA. **Canal Rural**. 27/08/2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agronegocio/nao-se-apaga-fogo-xingando-macron-diz-presidente-da-fpa/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SEJA LEGAL COM A AMAZÔNIA. 2018. Disponível em: <https://sejalegalcomaamazonia.org.br/>. Acesso em: 29 abr. 2021.

SEVÁ, J. T.; BRUNO, R. Â. L.; CARNEIRO, O. B. ‘A mão que planta é a mesma que preserva’. Conflitos ambientais, desenvolvimento e meio ambiente na representação política patronal rural e do agronegócio no Congresso Nacional (2011-2014). **Anais**. 38º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu/MG, p.1- 30, 2014.

SITUAÇÃO na Amazônia não está fora de controle. **Canal Rural**. 27/08/2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/situacao-na-amazonia-nao-esta-fora-de-controle-diz-governo/>. Acesso em: 05 abr. 2020.

SOB BOLSONARO e Ricardo Salles, diretoria do ICMBio será toda de policiais militares. **Brasil de Fato**. 05/04/2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/25/sob-bolsonaro-e-ricardo-salles-diretoria-do-icmbio-sera-toda-de-policiais-militares/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

SOUZA, C. Amazônia: 31% dos casos de desmatamento ocorrem em terras da União. **Canal Rural**. 06/09/2019. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/rural-noticias/amazonia-desmatamento-terras-uniao/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SOUZA, M. D. Saída de governadores tira efetividade do Conselho da Amazônia, diz especialista. **Brasil de Fato**. 14/02/2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/12/saida-de-governadores-tira-efetividade-do-conselho-da-amazonia-diz-especialista>. Acesso em: 04 jul. 2020.

SUDRÉ, L. Biodiversidade perdida em queimadas da Amazônia levará décadas para se recuperar. **Brasil de Fato**. 23/08/2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/23/biodiversidade-perdida-em-queimadas-na-amazonia-levara-decadas-para-se-recuperar>. Acesso em: 01 abr. 2020.

TATEMOTO, R. Congresso articula fórum permanente de monitoramento da Amazônia. **Brasil de Fato**. 28/08/2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/28/>

*Grandezas e desventuras da Amazônia: construção de sentidos  
e representação de interesses no debate político recente*

congresso-articula-forum-permanente-de-monitoramento-da-amazonia/. Acesso em: 01 abr. 2020.

TILLY, C. **Contentious performances**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

TILLY, C. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: TRAUGOTT, M. (Org.). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham, NC: Duke University Press, 1995, p.15-42.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Boston: Wesley Publishing Co., 1978.

VALENTE, R. 'A Funai morreu, foi extinta', diz sertanista que presidiu o órgão. **FOLHA DE S.PAULO**. Publicado em 18 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/a-funai-morreu-foi-extinta-diz-sertanista-que-presidiu-o-orgao.shtml>. Acesso em: 30 abr. 2021.

VERDÉLIO, A. Bolsonaro pede apoio a ruralistas para projeto sobre áreas indígenas. **Agência Brasil**. 14/02/2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-02/bolsonaro-pede-a-ruralistas-apoio-a-projeto-sobre-areas-indigenas>. Acesso em: 14 abr. 2020.

ZHOURI, A. O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p.139-169, 2006.

Recebido em 09/01/2021.

Aprovado em 17/02/2021.